



Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e António Miguel da Costa Ferreira.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel.

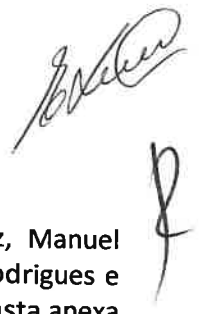
Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) e Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José (conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata), Sónia Isabel Leal Maurício Martins e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Fernando Mimoso Negrão (conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata).



b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes, Rogério da Conceição Palma Rodrigues e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Pedro Miguel Pereira Florêncio e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Luís Miguel Leitão Maurício, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, o Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, tendo sido substituído por Luís Alexandre Rosa Rodrigues dos Santos Espinho, a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por Dora Cristina Soeiro Mira, e a Presidente da Junta das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por Hercílio José Demétrio Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 16 a 18, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, não se verificou a sua presença, pelo que ficou prejudicado a respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos duas inscrições para intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 19 e 20, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Gabriel Santos – Antes de mais agradecer este período que me foi concedido já em cima do limite.

O meu nome é Gabriel Santos e sou morador de Brejos de Azeitão, na zona do Choilo. Tenho enviado alguns e-mails para a Junta de Freguesia e para o Gabinete do Município sobre o assunto que me levanta algumas questões e que gostava de as ver esclarecidas, mas infelizmente ainda não foram. Só fui atendido por uma das bancadas, neste caso o Bloco de Esquerda, que desde já também agradeço a pronta resposta.

Tive conhecimento que já várias vezes, ao longo dos anos, têm sido feitos concursos para a exploração dos terrenos e dos campos junto à zona do Choilo. Pelo que sei, todos estes terrenos tinham sido cedidos pelo urbanizador e pelo construtor de toda aquela urbanização para os moradores. A minha pergunta é, neste momento a Câmara está a ceder o espaço dos moradores para uma concessão privada? Esse espaço cedido teve alguma questão ou teve alguma intervenção da parte dos moradores daquela urbanização ou houve alguma pergunta aos moradores da urbanização sobre essa cedência? E nesse espaço foram acautelados todos os incómodos que poderão ser causados hoje aos moradores sobre esta situação, de terem um espaço polidesportivo, como o próprio concurso assim indicava? Se estão acauteladas todas as leis do ruído, todos os incómodos que ali serão causados, todas as movimentações que serão ali afetadas a um polidesportivo numa zona preferencialmente residencial?

Também perguntar, porque é que ao longo de mais de 20 anos, eu conheço aquele espaço e em miúdo jogava naqueles campos, nunca houve uma requalificação, nunca houve uma renovação e porque é que agora este espaço que, supostamente seria dos moradores e para os moradores, vai passar a ter uma concessão privada?

Obrigado pela atenção e pelo tempo disponibilizado.

Bruno José – Antes de mais agradecer o tempo disponibilizado. Começo, desde já, por começar aqui a perceber um pouco como é que isto funciona, estamos todos aqui na conversa, ninguém entende muito bem o que é que os outros estão aqui a fazer, mas eu vou tentar ser breve.

A minha pergunta tem a ver que, como munícipe, o que é que a Câmara faz aos seus processos relativamente à relação entre o munícipe e a relação de Câmara/munícipe e munícipe/fornecedor. Aqui a minha questão é simples, há um processo que aqui como munícipe levantei várias questões sobre o mesmo, não obtive nenhuma resposta da Câmara e exigia perante a Câmara que este processo fosse auditado do início ao fim e que desse todas as questões que foram levantadas sobre o processo. Ou seja, estamos todos aqui a votar, estamos aqui todos a conversar uns com os outros, estamos aqui todos a fazer não sei bem o quê, porque há processos que são enviados, são disponibilizados antes da vossa aprovação e depois dessa mesma aprovação, andamos aqui todos a brincar um bocadinho às leis, questiono a Câmara sobre qual o ponto de situação e eu... Peço desculpa, não consigo falar para público e quando não tomam atenção ainda fico mais nervoso.

Estava aqui a dizer que existem leis para todo o lado, para o munícipe existem uma série de leis, para a Câmara essas leis não existem. O meu assunto tem a ver com o que o senhor que falou anteriormente, e eu fui questionando a Câmara sobre este mesmo processo e não foram nunca dadas respostas a tempo e horas e exigiram-me respostas a tempo e horas.

O que eu digo aqui é, as coisas que foram aprovadas, que foram disponibilizadas ao público antes de ser aprovado, para mim é ilegal, no entanto, quando peço ajuda à Câmara, esta não disponibilizou esse mesmo tempo para ajudar.

Quando falo em relação munícipe/fornecedor, munícipe/Câmara, Câmara/fornecedor, as questões são sempre as mesmas, para o munícipe nunca há tempo para atender telefones, nunca há tempo, porque há sempre trabalho a mais, para o fornecedor é ao contrário, ou seja, estamos a trabalhar para os fornecedores ou estamos a trabalhar para os municípios?



O que assisti durante todo este processo foi o contrário, muita preocupação com o fornecedor/Câmara, Câmara/fornecedor e para o munícipe nunca houve cumprimento de nenhuma regra, o contrário foi exigido ao mesmo munícipe e isso choca-me perante uma Câmara Municipal.

O assunto é simples, foram disponibilizadas peças antes de na câmara serem aprovadas, houve um processo que foi para a frente, que andou, tudo bem, acho que quem ganhou está bem ganho, não ponho isso em causa, aqui a questão é quando o munícipe pede ajuda à Câmara e esta não tem tempo, quando o munícipe exige sobre uma pessoa ou prazos, aí é automático e tem sempre a base legal toda, por isso o que eu quero desta Câmara hoje, não sei se é possível, porque não percebo como é que isto tudo funciona, mas queria que este processo fosse todo auditado do início ao fim para alguém me explicar o que é que a Câmara fez. Inclusive, já tenho uma resposta da Câmara, que o meu processo não foi aceite, porque a União Europeia lançou uma norma, mas quando pedi ajuda, não houve ajuda nenhuma. O que estou aqui a dizer hoje é que não há ajuda aos munícipes, ponto final, parágrafo.

Gostava que o processo fosse auditado do início ao fim, levando as provas para quem quiser.

Outra coisa que tenho a dizer é que a única resposta que tive foi de uma reunião que tive, não tenho nenhuma das atas dessa mesma reunião, onde foi inclusive proibido tirar notas dessa reunião, por isso, não consigo sequer aqui alegar o que quer que seja, mas gostava de ter acesso a essas atas para as pessoas depois serem confrontadas com aquilo que disseram, porque dizer as coisas é muito fácil, mas para pôr preto e branco é mais difícil.

Presidente da Mesa – O senhor Bruno, não quer dizer em concreto qual é o processo?

Bruno José – É o processo do Choilo.

Presidente da Mesa – Está entendido. Muito obrigado pela sua intervenção.

O Sr. Presidente da Câmara está ausente e está substituído pela Sra. Vice-Presidente, porque se deslocou ao Tarrafal para a comemoração dos 50 anos da libertação dos presos políticos do Tarrafal.

Vice-Presidente da Câmara – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal já justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara, e vou então responder aos dois munícipes. Vou-me levantar, porque assim não vos consigo ver.

Em primeiro lugar agradecer por terem vindo aqui a esta assembleia colocar as questões.

Em relação às questões que o senhor Gabriel colocou, aquilo que lhe posso dizer, desde que estou na Câmara Municipal, é que já foram feitas várias tentativas para a ocupação daquele espaço. Efetivamente, julgo que foram já despoletados outros processos e que acabaram por ficar desertos e, por isso, foi mais uma tentativa de conseguirmos uma ocupação para aquele espaço. Não sei mesmo se a população foi auscultada relativamente àquele processo e é uma questão que podemos indagar e tentar perceber, mas daquilo que percebi depois da exposição do senhor Bruno é que o processo já foi aberto, é isso? O processo já foi aberto, mas agora já é uma questão diferente, porque o senhor Bruno deu a ideia que estava interessado neste concurso e neste procedimento. Foi a ideia com que eu fiquei.

Então, ia sugerir, uma vez que há duas pessoas interessadas neste assunto e que, pelos vistos, são moradores e utilizadores daquele espaço, que se pudesse agendar uma reunião entre o senhor vereador que tem o pelouro do desporto e alguém que tem o pelouro do financeiro ou do urbanismo, porque são eles que em termos de procedimentos tratam das questões das concessões, para que pudéssemos encontrar aqui um momento para podermos discutir essas questões e poder ser mostrado...

Uma das normas da Administração Pública é a transparência e essa transparência tem que existir em todos os procedimentos que a Câmara Municipal faz, não sei exatamente em que ponto é que está o processo, não sei se ele ainda está na plataforma ou se já foi concluído.

Propunha que os serviços depois pudessem entrar em contacto com estes munícipes. Não sei se com os dois ou se preferem em separado, para que pudéssemos juntamente com o vereador do desporto, o vereador Pedro Pina e com alguém do urbanismo esclarecer todas essas dúvidas que da vossa parte merecem ser

esclarecidas e que, também, temos o objetivo de as esclarecer, porque não queremos que fique aqui nenhuma dúvida em relação a este processo.

É isto que eu conheço e o que eu sei é que já foram várias vezes feitas esta tentativa de se poder concessionar aqueles campos e que, desta vez, foi mais uma tentativa. Não sei exatamente como é que está o processo, mas se estiverem de acordo o senhor vereador do desporto e alguém do urbanismo, irá entrar em contacto convosco, julgo que na ficha que vocês preencheram aqui, estão os vossos contactos, telefone e e-mail. Então fica aqui, da parte do senhor vereador Pedro Pina, a responsabilidade de os contactar e fazer essa reunião. Pode ser assim? Muito obrigado pela vossa participação.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

Hercílio Ferreira (Vogal da Junta de Freguesia de Azeitão) – A questão que quero colocar tem a ver com a Estrada Nacional 379 que passa em Azeitão, nomeadamente o troço entre Vila Fresca e São Gonçalo que está em péssimo estado. Gostava de saber se a Câmara tem conhecimento se haverá ali alguma intervenção no sentido de melhorar aquele troço, pois encontra-se extremamente degradado.

Vítor Rosa (BE) – São três questões muito rápidas, a primeira é sobre a prorrogação da entrega do estudo de impacto ambiental relativamente ao investimento da unidade de produção de lítio ou da refinaria de lítio, que foi prorrogado até 23 de maio. Em que ponto é que se encontra esta situação ou que informações a Câmara nos pode dar aqui.

Tenho, também, a informação que a licença ambiental da Secil termina em junho, se isso corresponde à verdade e que acompanhamento é que a Câmara está a fazer relativamente a este processo.

Por último, tenho a informação de que continuam a passar camiões na Avenida José Mourinho com picoc ou carvão, se isso é permitido e se está a ser feita alguma fiscalização relativamente a esta matéria por parte da Câmara.

Rui Lamim (PSD) – Vou falar sobre a mobilidade no concelho que continua a ser um empecilho ao desenvolvimento que Setúbal merece. Há muito tempo que não é criada uma nova via estruturante na cidade, as condições de circulação estão piores, aliás, a construção de novas habitações que estão previstas, pela iniciativa privada e pública, vão trazer mais habitantes ao concelho e, portanto, maior tráfego. Um grave aumento do problema que já existe hoje.

Continuamos a ter um serviço de transportes públicos que, apesar de fortemente subsidiado, não mudou os hábitos de deslocação das pessoas e a diminuição do uso do automóvel particular. Faltam parques de estacionamento à entrada da cidade e linhas circulares. Os horários, também, são um problema e a dimensão dos autocarros idem, até existem linhas, como a 4512, que chega a Setúbal vindo de outros concelhos e que tem regularmente passageiros transportados em pé.

Na cidade continua a promoção do estacionamento pago, com o estreitamento de vias e a plantação intensiva de pilaretes. Um erro que deriva de um outro erro grave da gestão CDU, que é este contrato de estacionamento e que incompreensivelmente não dá à cidade as contrapartidas que aí estavam escritas, mas viva a festa. Mesmo que se deixe abandonado o auditório do Largo José Afonso para se colocarem correntemente palcos desmontáveis mesmo ao seu lado, é um desperdício de dinheiro público, desperdício de espaço. Ou os trabalhadores que tenham de se deslocar horas mais cedo para as fábricas, porque a estrada que usam foi reservada para as bicicletas do triatlo.

Hoje teremos oportunidade de falar da passagem da gestão CDU, de partes da área litoral para o município por iniciativa da antiga presidente desta gestão que conjuntamente com o contrato de estacionamento e outros são um pesado fardo que ainda hoje carregamos.

Manuel Fernandes (PS) – A declaração política que tenho para fazer era suposto ser na presença do Sr. Presidente da Câmara, uma vez que não está, obviamente, fá-lo-ei da mesma forma, uma vez que isto também consta em ata e que o próprio Sr. Presidente tenha conhecimento, porque também não faz sentido demorar mais tempo para que esta declaração política seja proferida.

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara ou Vice-Presidente, neste caso, senhores vereadores, senhores deputados, meus senhores, minhas senhoras.

É do conhecimento de todos, cidadãos, comunicação social e classe política, que um membro deste executivo municipal, o Sr. Vereador com o pelouro dos Assuntos Sociais, Desporto, Cultura, Mercados e Feiras, moveu um processo criminal contra mim no Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, no final do ano de 2021, após as eleições autárquicas.

Alegava o Sr. Vereador que um post republicado por mim nas redes sociais, no qual demonstrei incoerência política de um ato público e oficial do Sr. Vereador face à retórica do executivo, que eu o ofendera na honra, na dignidade e no bom nome.

Feito o julgamento, o tribunal não poderia ter sido mais claro na sentença.

- 1- Absolveu-me de todas as acusações que me foram imputadas;*
- 2- Julgou “totalmente improcedente” o pedido de indemnização civil deduzido e que era pedido pelo assistente;*
- 3- E acabou a condenar o Vereador a pagar as custas judiciais que a elas houvesse lugar a pagamento e se a elas houvesse lugar a pagamento.*

A justificação do tribunal arrasou por completo a atitude do Sr. Vereador face ao processo-crime interposto. Sentiu-se o tribunal, através da sentença proferida, na necessidade de explicar os princípios democráticos a um eleito pelas listas da CDU, referindo que e passo a citar: “a liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de todas as sociedades democráticas, sendo esta uma das condições primordiais para o seu progresso e para o desenvolvimento de cada um”.

Mas disse mais, e continuo a citar: “os limites da crítica admissível são mais amplos em relação a um homem político, agindo na sua qualidade de personalidade pública” do que em relação a um simples cidadão. Assim o é, porque “o homem político expõe-se inevitável e conscientemente a um controlo atento dos seus factos e gestos, tanto pelos jornalistas, como pela generalidade dos cidadãos”.

Perante os factos, esperou-se uma reação do Sr. Presidente deste executivo municipal.

Mas o Sr. Presidente do Município, até hoje, nunca se pronunciou publicamente sobre o caso.

Com essa atitude:

- . O Sr. Presidente anuiu e associou-se à derrota política de um membro do seu executivo.*
- . O Sr. Presidente da Câmara não teve capacidade de tirar quaisquer conclusões políticas sobre um processo que retirou as condições políticas objetivas à continuidade de um elemento do seu elenco, que fragilizou todo o executivo através da sua ação política e posterior silêncio do seu líder.*
- . Um Vereador que não esteve alinhado com o executivo, que não respeitou a democracia, que não reconheceu o papel e fiscalização dos deputados da oposição, um Vereador que tentou instrumentalizar o poder judicial para esconder a sua incapacidade política. Não mereceu sequer um comentário do líder do executivo municipal.*
- . O Sr. Presidente não se pronunciou, porque não teve coragem de agir, pertencendo a uma força política menor dentro da coligação CDU.*
- . O Sr. Presidente não reagiu em conformidade, como se impunha, retirando as devidas ilações políticas para com um membro do seu executivo completamente descredibilizado perante a opinião pública, ou porque o Sr. Presidente, também, não respeita os princípios democráticos, tal como o seu Vereador, o que é grave, ou porque verdadeiramente não lidera o executivo municipal, o que será igualmente grave.*

Seja qual for a razão, o tempo útil para a pronúncia já passou com ambos a demonstrarem que não estão à altura dos cargos públicos que lhes foram confiados pelos setubalenses e pelos azeitonenses.”

Mariana Crespo (PAN) – Gostava de pedir um esclarecimento aqui perante todos os deputados da Assembleia Municipal de Setúbal acerca da situação ocorrida no lago do Jardim da Algodeia, especificamente no que diz respeito à morte dos peixes. Qual o destino dos outros animais ali residentes, nomeadamente as aves que ali residiam, qual o comentário do executivo, também, perante a queixa de vários munícipes em como o referido lago não tinha qualquer manutenção há largos meses e que a qualidade da água apresentaria já sinais claros de falta de salubridade.

Pedia, também, um esclarecimento acerca de quais as medidas que serão agora implementadas neste lago e noutros lagos da cidade de Setúbal.

Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente, pela primeira vez me sinto lisonjeado por um representante do executivo da CDU de Vendas de Azeitão, da minha junta de freguesia, apresentar aqui perante a Assembleia a preocupação que tantos munícipes de Vendas de Azeitão têm tido, a célebre estrada Nacional, ou a Estrada 25 de Abril, que é a 379.

Como já dei conhecimento, julgo que de boa-fé, aos senhores presidentes desse pelouro para que tomassem as devidas precauções e vou esperar mais um momento para ver se realmente vai haver alguma iniciativa do executivo de vereação desta Câmara para tomar uma posição sobre o assunto.

Quero só realçar sobre a Herdade da Comenda e perguntar, à Sra. Vice-Presidente, quais foram as iniciativas legais ou outras que foram realizadas pela Câmara no sentido do reconhecimento dos caminhos de uso público que têm utilização pública há dezenas de anos.

Também quero perguntar quais as iniciativas que a Câmara tomou nas aberturas dos percursos pedestres e encerrados pelos próprios proprietários da Herdade.

Neste caso e como não sabemos mais nada há bastantes meses sobre os processos que estão em curso nesta Câmara relativos à Herdade da Comenda, gostávamos de saber se tínhamos a hipótese de o executivo mandar uma súmula para a atualização dos processos em curso e para nos dar conhecimento, em particular, à bancada do PS.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Responder aqui sobre o lago da Algodeia e depois passava a palavra à senhora vereadora Rita Carvalho, que julgo estar em condições de dar aqui a resposta sobre grande parte dos assuntos que foram colocados.

Relativamente às questões colocadas sobre os juízos de valor que o tribunal já fez, penso que não será agora o momento adequado, e uma vez que também as questões que foram colocadas diretamente, julgo que depois o Sr. Presidente da Câmara terá oportunidade, querendo, de responder, mas julgo que as questões do tribunal foram resolvidas no tribunal, as questões políticas são resolvidas aqui exatamente e cada uma tem a resposta, no âmbito daquilo que estamos a tratar.

Em relação à questão do lago, quero dar conhecimento à Assembleia, já o tínhamos feito na Câmara Municipal, efetivamente houve um problema no lago da Algodeia que causou a mortandade de vários peixes e de alguns répteis. Na quarta-feira de manhã, no dia da reunião de Câmara, fomos alertados que havia alguns peixes mortos, os nossos serviços de imediato recolheram amostras da água do lago e também de imediato tentaram salvar o maior número de animais possíveis. Eles foram colocados num tanque que está contíguo ao pé do furo. Não sei se estão a ver aquela zona do lago onde tem o furo, aquilo tem ali um pequeno tanque e ficaram ali resguardados.

Neste momento, aguardamos o resultado das análises para perceber exatamente o que aconteceu. Também retiramos alguns animais para ser providenciada a autópsia desses mesmos animais.

Por uma questão de precaução, o lago foi parcialmente despejado, aquele lago não pode ser completamente despejado, é um lago diferente ou funciona de forma diferente do lago do Bonfim. Enquanto que o lago do Bonfim conseguimos despejá-lo completamente e conseguimos proceder à sua limpeza, ali naquele não é possível, porque o fundo não é exatamente como do Bonfim, é um fundo que tem areão e por essas características, a forma de tratamento é diferente.

Assim que tivermos o resultado dessas análises, quer à água, quer aos animais, iremos também dar conhecimento das mesmas. De qualquer maneira, foi reciclada toda aquela água do lago, neste momento o que vos posso dizer é que a situação está normalizada. Ainda pensámos em transportar alguns animais para o lado do Bonfim, mas à partida não será necessário, temos estado a monitorizar e, neste momento, está tudo normalizado.

Senhor Presidente, passaria a palavra aqui à vereadora Rita Carvalho, para falar das muitas questões, quer da mobilidade, quer da Herdade da Comenda, quer da estrada 379, quer do processo de impacto ambiental...

Vereadora Rita Carvalho – Tentando responder às questões, começando pela ordem inversa, sobre a Herdade da Comenda e a iniciativa ou as medidas tomadas sobre os caminhos com utilização pública há anos, mas em terrenos privados, neste momento, como sabem, está a ser avaliada pela nossa equipa de juristas, não sendo certo o caminho, as diligências jurídicas que podem ser tomadas para salvaguardar a utilização ou voltar a ser utilizados como caminhos públicos.

Como sabem, a Câmara tem tido inúmeras iniciativas junto dos proprietários da Herdade da Comenda relativamente a irregularidades e a práticas desconformes que têm sido iniciativa dos proprietários. Vários processos ou as várias formas de atuação municipal deu origem a processos de tribunal, que estão a decorrer e que nos inibe a tomada de outro tipo de decisões. Felizmente, e em momento certo, foi possível recuperar o Parque de Merendas da Comenda para utilização pública e a utilização dos caminhos está em avaliação jurídica, sem certeza de qual o caminho jurídico que poderá garantir esta utilização. Obviamente que é uma situação que nos preocupa e que é um desejo que temos em poder avançar com este processo.

Sobre a questão do piso degradado na Estrada Nacional 379, a Estrada 25 de Abril em Azeitão, é um assunto que já foi colocado várias vezes e sabem que é uma responsabilidade das Infraestruturas de Portugal que assumiu o compromisso junto desta Câmara em 2019 relativamente à realização de uma intervenção de beneficiação do pavimento e das condições de circulação naquela estrada e que até à data de hoje não cumpriu com os compromissos assumidos. Têm sido realizadas várias iniciativas, por parte do Município e da Junta de Freguesia junto do IP e até à data sem qualquer realização da obra.

Relativamente à questão do estudo de impacte ambiental, ele está em curso, confesso que, neste momento, não tenho presente a calendarização do estudo de impacte ambiental e não lhe consigo dar uma resposta precisa, mas posso solicitar essa informação para poder transmitir à Assembleia. A Câmara Municipal faz parte da Comissão de Acompanhamento, está representada tal como as juntas de freguesia e outras entidades, mas neste momento, não tenho aqui essa informação com rigor, a qual pode ser recolhida e depois transmitida à Assembleia.

Também não tenho a informação relativamente à Secil que termina em junho. Não sei se há mais alguma informação que possa transmitir, mas de longe que tenha essa informação.

Relativamente às questões da mobilidade, é um assunto que tem sido persistente nas sessões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Têm sido feitos inúmeras intervenções, investimentos, medidas e ações na melhoria da mobilidade, sendo que a mobilidade não é só a mobilidade em transporte individual, a mobilidade tem vertentes diversificadas, nomeadamente, a mobilidade pedonal, a mobilidade ciclável, o transporte público, o garante das condições de circulação de todos os interessados naquilo que pode ser a grande temática da mobilidade. Foram estreitadas ruas para garantir condições de circulação aos peões e aos modos suaves.

Relativamente ao serviço de transporte público, efetivamente, todos conhecemos o início do processo de transporte público e da infelicidade do sucesso deste serviço, hoje o serviço de transporte público cumpre o contrato que foi feito e tem um acréscimo de serviço de 10%, ou seja, está a 110% daquilo que foi contratado pelos municípios com a AML e os Transportes Metropolitanos de Lisboa.

Obviamente que há questões a melhorar, obviamente que há certas coisas que são necessárias fazer, mas julgo que naquilo que é considerado ou a crítica relativa ao transporte público, estamos muito longe da situação difícil que se viveu no início do contrato e muito mais perto de uma solução adequada relativamente àquilo que são as necessidades e os interesses de todos os utilizadores de transporte público, os presentes e futuros. Julgo que as questões foram respondidas.

Manuel Esteves (PS) – Queria só perguntar à senhora vereadora Rita Carvalho, se pondera ou não levar alguma moção ao executivo para aprovar o assunto sobre a Estrada 379, no percurso entre Vila Fresca e São Gonçalo?

Vereadora Rita Carvalho – Pondero, sim senhor, é uma sugestão que já foi aqui feita e até o desafiei a si a apresentar através da Junta de Freguesia. Mas sim senhor, acho que deve ser uma decisão tomada aqui na Assembleia Municipal esta iniciativa.

c) Recomendações e Requerimentos

1. **Recomendação “Regulamento de Estágios” (PPD/PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – Vou escusar a leitura na íntegra, apenas dizer que:

As autarquias locais e as respetivas empresas municipais podem e devem, diga-se, ocupar um lugar relevante na melhoria da ligação entre a oferta e a procura de trabalho, urgindo-se o desenvolvimento de políticas ativas de emprego com vista a uma maior articulação entre o sistema de ensino e as competências procuradas pelo sistema económico e a promoção da melhoria de qualidade do emprego e desenvolvimento de estratégias de retenção de trabalhadores.

Assume-se então a formação e a retenção de talento como fundamental para promover o desenvolvimento económico e social, a longo prazo, de qualquer município e região. Nesse sentido, os estágios atualmente promovidos pela Câmara Municipal de Setúbal não somente oferecem aos jovens experiências práticas e formações relevantes para o mercado de trabalho, como também conectam os jovens à autarquia e às empresas locais, incentivando-os a permanecer na região, após concluírem os seus estudos.

Urge, assim, garantir que o Município de Setúbal prime pela valorização do trabalho justo e digno ao regulamentar internamente, os direitos, obrigações e normal funcionamento da relação entre o município e o estagiário. Ademais, deve também o regulamento, que nós aqui propomos, garantir a justa remuneração de todos os estagiários em exercício de funções, salvo os impedimentos previstos em lei ou impostos por via das instituições de ensino.

Desta forma, o PSD propõe que se delibere que a Assembleia Municipal de Setúbal recomende à Câmara Municipal de Setúbal que:

1. Redija e implemente um regulamento que vise estabelecer e definir os princípios gerais da realização dos estágios curriculares, extracurriculares e profissionais na Câmara Municipal de Setúbal e respetivas empresas municipais.
2. Preveja no presente normativo a remuneração dos estágios curriculares, extracurriculares e profissionais através de bolsas de estágios e a atribuição de subsídios de alimentação e transporte, conforme previsto em lei, quando a instituição de ensino não garante essas condições ou não levanta quaisquer impedimentos à atribuição dos mesmos.
3. Ausculte a Comissão de Educação e Questões Sociais da Assembleia Municipal de Setúbal e o Conselho Municipal da Juventude no processo de elaboração do referido normativo.

Vítor Rosa (BE) – Temos muitas dúvidas quanto a esta recomendação, dado que omite nos seus considerandos aquilo que foram as políticas do próprio PSD sobre a precariedade no emprego, neste caso concreto, sobre as oportunidades de estágios e consequentes possibilidades de emprego nas camadas mais novas da população.

Identifica o PSD alguma das causas para a baixa qualificação e baixos salários, nomeadamente em setores como comércio, hotelaria e turismo, mas nunca o PSD, ao longo de décadas, aprovou políticas de desenvolvimento económico assente no turismo desenfreado que recorre às baixas qualificações de emprego, a baixos salários e grande precariedade em contraponto à falta de investimento público em setores de produção industrial de maior valor competitivo com mais qualificações e melhores salários.

Recomenda o PSD à autarquia a regulamentação de estágios para a defesa de melhores qualificações, menos precariedade e incentivo à fixação de jovens no concelho, esquece o PSD de falar das políticas e conselhos de Passos Coelho, Miguel Relvas, no tempo da troika, de os nossos jovens emigrarem à procura de melhores empregos e salários. Será que temos hoje um novo PSD, finalmente preocupado com trabalho precário? Com a negação dos empresários e confederações patronais de aceitar acordos coletivos que defendam os jovens trabalhadores? Tenho as minhas legítimas dúvidas. Diz o PSD que se pretende com esta iniciativa que sejam abrangidos outros tipos de estágios, para além dos estágios curriculares, pergunto que outro tipo de estágios estamos a falar, porque os mesmos não são identificados nesta recomendação.

Por último, no 2º ponto da parte deliberativa, o PSD recomenda à Câmara que preveja no presente normativo a remuneração dos estágios e pagamento de subsídios de alimentação e transportes, mais do que qualquer previsão, a norma tem que ser o pagamento efetivo dos estágios e dos subsídios para evitar ambiguidades que permitam ter jovens a fazer estágios, que na prática acaba por ser trabalho efetivo para as empresas e entidades diversas a troco de protocolos em que os jovens pouco ou nada recebem. Espero, já agora, que esta preocupação do PSD se estenda às empresas e outras entidades patronais.

Na prática o que esta recomendação nos traz é regulamentar o que já está regulamentado por lei. Em nossa opinião, não é com regulamentos ao nível de uma autarquia que se garante o trabalho qualificado, nem salários dignos, nem o fim da precariedade laboral, essas melhorias têm de estar consagradas no Código do Trabalho e na legislação laboral. Aí PSD, CDS e PS continuam a manter a legislação laboral do tempo da troika que permite tal precariedade, as baixas qualificações, os baixos salários e o ataque à contratação coletiva, por isso votamos contra esta recomendação.

Manuel Fernandes (PS) – A bancada do Partido Socialista irá acompanhar as deliberações desta recomendação do PSD, mas não queria deixar de apreciar o momento para replicar aqui um outro termo impreciso.

Em primeiro lugar dizer que a anterior intervenção não é verdadeira, até mesmo, porque se está a esquecer das tomadas de decisão do anterior executivo no que diz respeito aos estágios remunerados que não eram remunerados e passaram a sê-lo obrigatoriamente, nomeadamente nas ordens. Não havia estagiários nas ordens que fossem pagos e a partir deste momento todos os estagiários das ordens terão de ser pagos ao abrigo da lei. Portanto, não é verdade aquilo que mencionou o senhor deputado do Bloco de Esquerda.

Em segundo lugar dizer que os dados apresentados na recomendação do PSD datam até 2018, são obsoletos, porque não há um estagiário que esteja remunerado abaixo dos mil euros, sendo que, através do programa Ativar, por exemplo, uma licenciatura passa a ser remunerada 1.020 euros, o mestrado 1.122 euros e um doutoramento 1.275 euros. Partindo do pressuposto que algumas afirmações que estão aqui, estão completamente obsoletas, esqueceram-se do Orçamento de Estado, ao qual votaram contra, ainda assim, o Partido Socialista acompanha esta recomendação.

Simão Calixto (CDU) – Independentemente dos considerandos e do que deve e não deve ser um estágio e do que devem ou não devem receber os estagiários quando estão a desempenhar esse serviço às empresas ou à administração pública, a CDU não pode deixar de fazer notar que, de facto, já existe um regulamento de estágios aprovado pela Câmara Municipal de Setúbal em 2011 e não nos opomos, naturalmente, à sua atualização nos termos em que se considera necessários.

Mariana Crespo (PAN) – Um pedido de esclarecimento à bancada do PSD, se dentro do vosso conhecimento se têm sido detetadas algumas irregularidades nos estágios promovidos pelo município? Se sim, se podiam indicar aqui algumas situações concretas ou se, no fundo, a vossa recomendação aqui assume um teor mais generalista e para fazer a atualização do regulamento de estágio. Era só um esclarecimento nesse sentido, se possível.

Francisco Cabral (PSD) – De facto, este PSD é o mesmo PSD há 50 anos, é um partido de consensos, é um partido moderado e aqui não defendemos nada mais do que sempre defendemos que é o trabalho justo, o trabalho digno e condições para os estagiários, neste caso preciso.

O que se verifica na realidade atual é que nem todos os estágios são remunerados, por exemplo, o caso dos estágios curriculares ou dos estágios profissionais com instituições de ensino no nosso município e o que aqui se prende e o que aqui se quer debater é tratar dignamente os nossos jovens e é garantir mais do que tratar e remunerar o seu trabalho é garantir que se tenha também condições de acesso à formação de qualidade através do município, o qual acaba, também, por beneficiar com a retenção de talento. Parece-me uma coisa clara e óbvia que é capaz de chegar a um entendimento de todos os partidos.

Presidente da Mesa – Uma situação é o debate sobre a oportunidade e a legitimidade dos estágios e há estágios de diversa natureza, há estágios que são curriculares, há estágio que são extracurriculares e há estágios profissionais, como aqui diz, e há os estágios das ordens e há regulamentação legislada, há leis a regular estes estágios.

No caso do Município de Setúbal existe um regulamento de estágios, mas quando haja atribuição de benefícios aos estágios não regulados, os estágios na Administração Pública são regulados por lei e o município não pode abrir estágios na Administração Pública sem que a lei o permita, é quando isso vier legislado. Mas os estágios meramente curriculares podem ou não ter apoios e não é legítimo que a um estagiário seja dado e a outro não seja e para isso aí sim, então justifica-se uma revisão do regulamento.

Creio que se pode, consensualmente, resumir isto. Consensualmente porquê? Porque nos considerandos diz logo, salvo impedimentos previstos na lei, está salvaguardado. Então tem de ser apreciado o que é que a lei permite, o que é que a lei não permite.

Está recomendado no final uma apreciação pela Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais e pelo Conselho Municipal da Juventude, mas a ser assim, até sugeriria que o Conselho Municipal de Educação também fosse ouvido. Há lugar a uma revisão do regulamento, se assim for recomendado e se for aprovado essa recomendação, então que se estenda ao Conselho Municipal de Educação, porque os estágios curriculares devem aí ser considerados também.

Estamos entendidos quanto à matéria? Se esta recomendação for aprovada tal como está, vai para estas duas instâncias, vai para a Comissão e vai para o Conselho da Juventude, não vai para o da Educação, se quiserem acrescentar, muito bem, se não, vota se como está e depois logo se vê o que é que dá.

Francisco Cabral (PSD) – Como referi inicialmente, o PSD é um partido de consensos e, portanto, naturalmente, estamos abertos a que seja também discutida nesse fórum.

Presidente da Mesa – Seja revisto o regulamento de estágios e que se seja, também, incluído o Conselho Municipal de Educação para apreciação. Então, em vez de “*redija e implemente*”, que seja “*revisto o regulamento de estágios*” e no final que se acrescente, também, o **Conselho Municipal de Educação**.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “25 de Abril e 1º de Maio” (CDU)** – (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Leitão (CDU) – A presente moção visa trazer para a discussão as questões que se prendem com o 25 de Abril, com as suas conquistas e com as comemorações do mesmo, com aquilo que deu azo, também, ao 25 de Abril que foi a Constituição da República Portuguesa. Depois visa saudar do 1º de Maio, as comemorações do 1º de Maio e tudo aquilo que entendemos que está adjacente à luta dos trabalhadores, o combate à precaridade dos vínculos de trabalho, as questões que se prendem com a contratação coletiva, aumentos de salários e funções sociais do Estado. Visa saudar, não só o 50º aniversário do 25 de Abril como apelar às comemorações do 1º de Maio em luta.

Flávio Lança (IL) – Ao debatermos esta moção sobre o 50º aniversário do 25 de Abril, reconhecemos as profundas transformações que esta data histórica representou para a nossa sociedade. No entanto, enquanto representante da Iniciativa Liberal devo expressar algumas reservas quanto aos considerandos desta moção, cuja linguagem e ideologia refletem uma visão que não contempla plenamente a diversidade de perspetiva sobre o desenvolvimento social e económico de Portugal.

A Iniciativa Liberal defende um modelo de cooperação inclusivo entre o setor público, privado e social que promova a eficiência e inovação sem preconceitos ideológicos. Acreditamos que os setores privado e social têm papéis cruciais na oferta de serviços de qualidade, complementando as ações do Estado.

Esta moção que parece enfatizar unilateralmente o Estado, nas áreas da saúde, educação e Segurança Social não reflete integralmente a nossa visão de uma sociedade mais dinâmica e plural.

Em respeito ao espírito de Abril e à sua essência de liberdade e democracia, a Iniciativa Liberal irá optar pela abstenção nesta votação, esta posição reflete um compromisso com os princípios de diálogo e diversidade essenciais para a construção de um Portugal verdadeiramente inclusivo e próspero.

Vanessa Silva (CDU) – Não resisto aqui a fazer um comentário à intervenção do senhor Flávio Lança. Diz que esta proposta de moção encerra um preconceito ideológico, mas, entretanto, enuncia um outro preconceito ideológico, que é a ideia de que o setor privado, o setor social e o setor público concorrem todos para as mesmas coisas e, portanto, é, de facto, um preconceito ideológico que aqui transmite. Nós quando temos uma ideologia, não podemos chamar a tudo preconceito ideológico quando é de outra ideologia, porque o senhor também transporta imensos preconceitos ideológicos, que na minha ótica, gravíssimos e que põem em causa o progresso social.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 da IL.

2. **Moção “Pela resolução do bloco rochoso em perigo de queda na Arrábida” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rui Lamim (PSD) – Temos falado da necessidade de reabrir a estrada entre Galapos e a Figueirinha. Há 14 meses que esta estrada está fechada, e está fechada por iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal, o Presidente da Câmara é o dirigente máximo da proteção civil cá do sítio e houve uma avaliação, não sabemos exatamente qual é o valor dessa avaliação e se ela é quantificada, mas há a perceção de que existe um risco que levou ao fecho desta estrada.

Esta estrada foi negociada com a Infraestruturas de Portugal, aliás, esta estrada é a Rua Círio da Arrábida, a antiga Nacional 379-1. Não sabemos exatamente o que é que houve na passagem de gestão ou de propriedade ou do controlo ou de manutenção dessa mesma estrada entre aquilo que é o Estado Central e aquilo que é o Estado Local. Deixo aqui esta pergunta, qual ou quais são os limites de responsabilidade de cada uma destas duas entidades, porque se há 14 meses que está assim, esta moção apela para o Governo responder urgentemente à questão. Mas há 14 meses que a estrada está fechada e os blocos sempre lá estiveram.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN, naturalmente, está de acordo com a necessidade urgente de providenciar uma solução para esta questão. Contudo, não acompanhamos todos os pontos que aqui a CDU refere, nomeadamente, a ênfase que é dado à questão do problema prejudicar o acesso às praias. O problema vai muito mais além disso, estamos num Parque Natural, ou seja, a necessidade de resolução do problema não se deve só pelo acesso às praias, deve-se acima de tudo, e é isso que deveria ter sido aqui privilegiado, pela integridade do Parque Natural da Arrábida e é essa a melhor solução que deve ser encontrada.

Simão Calixto (CDU) – Só prestar aqui alguns esclarecimentos. De facto, o problema do encerramento da estrada não está na estrada, está num bloco suspenso que está situado numa propriedade privada, que é propriedade da Secil, e a Câmara Municipal não tem competências, nem meios, nem condições para intervir nesse terreno dentro de um Parque Natural, cuja responsabilidade cabe, em jurisdição última, ao ICNF e ao próprio proprietário e isso está descrito na moção.

Paulo Lopes (PS) – Por acaso, a ideia que eu tenho sobre esta moção é um pouco oposta àquilo que foi traduzida aqui pela deputada municipal do PAN. Nós entendemos que a solução tem de ser encontrada por quem de direito e a solução mais ambiental possível, mais natural possível, se é que se pode falar num bloco rochoso que está em risco iminente de queda. Mas o que é aqui fundamental para os setubalenses e azeitonenses é saber que alternativas há para melhorar o acesso às praias. Porque o acesso às praias vai ser uma inevitabilidade, as pessoas vão continuar a pressionar a ida às praias da Arrábida com a rocha a cair ou não. Aliás, nós vemos as pessoas a ultrapassar as barreiras que foram lá postas, correndo riscos para irem para as praias que não têm acesso.

Aquilo que a Câmara Municipal tem que fazer, e penso que o Partido Socialista em sede de reunião de Câmara apresentou algumas propostas, é arranjar meios alternativos que aliviem a pressão no sentido de as pessoas não correrem os tais riscos, seja com maior frequência dos transportes públicos, seja até equacionar uma maior disponibilização de um serviço ou criar condições para que haja um serviço de transporte de passageiros marítimos, seja, inclusivamente, dando a volta pelos tais vaivéns fora das zonas de impacto do risco de queda da rocha.

Efetivamente, há um problema que há de ser resolvido de uma forma ou de outra, ou até da forma mais natural possível que é cair pela própria inércia e isso aí é a própria natureza a fazer aquilo que de vez em quando faz, mas o que temos de garantir é a segurança das pessoas e a acessibilidade das pessoas para os locais fora do risco e isso é que eu não estou a ver a Câmara Municipal a ter uma atitude tão pró-ativa.

Presidente da Mesa – A relativa impotência, em termos de competências e de meios, que a Câmara Municipal tem é a mesma que a Assembleia tem e o Município tem, mas, de facto, o problema não pode eternizar-se por inação das entidades responsáveis.

Há entidades de gestão do ambiente e há entidades que não detetaram o risco de segurança e proteção civil e depois nada acontece durante um ano e nada acontece durante dois até que cai, de facto, e alguém fique lá de baixo ou um carro. Juntar a voz da Assembleia ao do Executivo Municipal é a oportunidade que esta moção dá e acho que é isso que devemos fazer ouvir, mas não é no jogo do passa-culpas, ou é a culpa da Câmara ou é culpa da Assembleia ou é culpa do PS ou é culpa da CDU, não pode ser!

Tem de haver uma voz mais unida dos órgãos municipais do Município a exigirem intervenção a quem tem competências. Se tem um proprietário e é público que o proprietário se disponibilizou para fazer a intervenção, só que não tem o enquadramento e a disponibilidade oficial.

É isto que não tem explicação e que com esta moção a Assembleia tem a oportunidade de juntar um pouco da sua pressão para que não haja alheamento de uma situação de risco enorme do que se está ali a passar e se um dia morrer uma pessoa não vai ser menos gravoso do que morrerem 10 ou 15 banhistas. É perigoso, é perigoso! Como nós sabemos, as pessoas mesmo com barreiras passam. Não tem justificação o adiamento da intervenção das entidades competentes, ainda por cima com a disponibilização, que é pública e manifesta, do proprietário do terreno que se dispôs para intervir.

Esta moção, se for aprovada como espero, é muito bem aprovada, e deve a seguir a isto com algum reforço as intervenções e as diligências da Câmara, porque aí nas questões práticas, não é a Assembleia que tem competência, há de ser o executivo, mas fica o executivo um pouco mais respaldado para intervir com voz mais alta, com voz mais forte no interesse de segurança e no interesse de acessibilidade às praias que as pessoas deixaram de ter direito no ano passado e não vão ter direito este ano. Enfim, não se pode deixar arrastar.

Vamos votar esta moção com um quadro de alguma pressão mais assumida por todos de que é preciso resolver aquela questão?

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção, na sua globalidade, aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, 5 votos contra do PPD/PSD e uma abstenção do PAN.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós votámos contra esta moção, agora também sentimos que a estrada deve ser aberta o mais depressa possível, mas votamos contra esta moção, porque esta moção tem como único objetivo desresponsabilizar a Câmara Municipal de Setúbal. Está aqui no ponto 2: “Instar o Governo e proprietário”, há várias entidades aqui envolvidas, mas esta moção tem este efeito. Por este efeito não votamos favoravelmente.”*

Presidente da Mesa – Era bom que o senhor deputado informasse quais são os instrumentos que a Câmara dispõe para poder resolver o problema? A Câmara agradecia, o município agradecia.

Rui Lamim (PSD) – Senhor Presidente, nós tivemos a promessa da divisão de responsabilidades acerca da passagem desta via para o domínio municipal, não foi esclarecido, podemos sê-lo mais tarde, mas existe, com certeza, um protocolo entre as Infraestruturas de Portugal e o Município acerca da passagem desta Estrada Nacional 379-1, agora designada Rua Círio da Arrábida, daí poder-se-á averiguar quais são as responsabilidades de cada uma das entidades. O que nós não aceitamos é que às escuras se aponte apenas responsabilidades ao proprietário e ao Governo.

III – SAUDAÇÕES E VOTOS DE LOUVOR

1. **Saudação “Aos trabalhadores nos 50 anos do 25 de Abril e 1º de Maio de 2024” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Leitão (CDU) – Relativamente às questões deliberativas, acompanhamos as saudações, no entanto, não partilhamos de alguns dos considerandos, nomeadamente no que diz respeito à agenda do trabalho digno, porque entendemos que aquelas 70 medidas que foram meros paliativos relativamente àquilo que se prende com o combate à precaridade, com a questão dos baixos salários e tudo o resto.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções do PPD/PSD.

2. Saudação “1º de Maio – Dia do Trabalhador” (PPD/PSD) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – Não vou proceder à leitura integral, porque as bancadas já receberam, só destacar alguns parágrafos.

Falar da história do movimento dos trabalhadores, no mundo ou em Portugal ao longo destes anos, é falar da evolução para um país mais solidário e uma sociedade mais justa.

Importa, neste momento, apelar todos os intervenientes, os trabalhadores, associações sindicais e sindicatos, confederações sindicais e empresariais, partidos políticos, o Governo, que tenham a capacidade de inverter a atual situação de ciclos de greves, algumas com mais de um ano de atender as reivindicações de funcionários judiciais, médicos, enfermeiros, farmacêuticos, professores e assistentes, de colmatar os desequilíbrios salariais gerados entre as diversas forças de polícia e militares.

Estas, de entre um larguíssimo conjunto de reivindicações do mundo laboral, terão contribuído de forma decisiva para o colapso de um Governo que se suportava numa maioria absoluta na Assembleia da República. Importa mudar a prática dos anos recentes. O 1º de Maio celebra-se com todos, e é para todos.

Manuel Fernandes (PS) – Não queria deixar de referir que esta saudação peca por três questões. Em primeiro lugar, uma questão doutrinária, isto prende-se efetivamente com a liberdade e o 25 de Abril, não compete a um partido político inverter ciclos de greves ou propor a inversão de ciclo de greves. Importa sim, um partido político, ainda para mais quando está no Governo, tudo fazer para que os trabalhadores não enveredem pelo conflito e sim pelo diálogo. Portanto, esta saudação peca por este primeiro pecado.

O segundo pecado, no terceiro parágrafo no final diz: “conjunto de reivindicações terão contribuído de forma decisiva”, foi efetivamente um parágrafo que contribuiu para o colapso do Governo, mas não foi este.

Em terceiro lugar diz: “Importa mudar a prática”, qual prática? Não está referida, será o aumento do salário mínimo? Será o aumento do salário médio? Será o aumento do apoio às famílias? Qual é a prática que pretendem inverter?

Simão Calixto (CDU) – Esta saudação, para além de falar no conjunto da forma de uma parte de deliberação que não conseguimos perceber muito bem o que é que a Assembleia vai saudar, de facto, inverter ciclos de greves, só aos trabalhadores é que caberá, porque esse direito é dos trabalhadores e não creio que nenhum partido e nenhuma instituição se rogará a esse direito de determinar se as greves têm início ou têm fim.

Simplemente por esse motivo, mas por muitos outros, não poderemos acompanhar esta saudação, porque, de facto, o 1º de Maio é dos trabalhadores, não é dos patrões, nem de mais ninguém, é mesmo dos trabalhadores.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação rejeitada por maioria e em minuta, com 28 votos contra, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, 8 votos a favor, 6 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do CH.

3. Saudação “Viva o 25 de Abril” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PSD.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções do PPD/PSD.

4. Saudação “Ao 1º de Maio” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS e dois do PSD.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 4 abstenções do PPD/PSD.

5. Saudação “Dia Mundial da Terra” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Afonso Luz (CDU) – A propósito desta saudação lembrar que o movimento evocativo para que se viesse a estabelecer o Dia Mundial da Terra, surgiu na sequência de graves consequências de um desastre petrolífero em Santa Bárbara na Califórnia, ocorrido em 1969 e pelo qual se manifestaram mais de 20 milhões de norte-americanos a favor da preservação da Terra e da proteção do Ambiente em geral. A data acabaria por ser criada em 1970 e posteriormente reconhecida pela ONU apenas em 2009. Este dia, independentemente da ONU, já é celebrado pelos ecologistas há 54 anos.

Acerca do voto de saudação, antes de mais dizer que, naturalmente, acompanharemos, mas gostávamos, no entanto, de fazer algumas considerações e solicitar à proponente uma alteração. Em primeiro lugar, parecemos faltar aqui uma referência e condenação ao sistema económico e social que nos domina e que tem vivido e vive dependente da depredação de recursos muito para além do sustentável do nosso planeta e que há muito ultrapassou os limites dessa sustentabilidade. O capitalismo não é verde, em capitalismo nunca alcançaremos a sustentabilidade necessária e continuaremos a hipotecar o futuro das novas gerações se não mesmo a caminhar para a extinção dos humanos, porque a terra, essa mesmo sem nós, irá continuar.

A alteração que propomos refere-se ao penúltimo parágrafo da 1ª página, um parágrafo que começa por “*Saudamos*”, fazemos a proposta para que, em algum lado, desse parágrafo, possivelmente a seguir à palavra “*indivíduos*” seja acrescentado “*partidos políticos*”. Porque, de facto, não só em Portugal, mas por todo o mundo, tem existido partidos políticos que, desde há muito, se vêm debatendo pela preservação do planeta.

Evidentemente que aqui não posso esquecer o papel desempenhado pelo meu partido, o Partido Ecologista “Os Verdes”, que desde há 42 anos tem estado na primeira linha da luta pela preservação da natureza e pela ecologia, muito antes do ambiente se ter tornado, também ele, um negócio, fator que tem levado a que agora se encontrem tantos “defensores do ambiente” por todo o lado e em todos os quadrantes políticos.

Presidente da Mesa – A autora aceita este aditamento?

Mariana Crespo (PAN) – Agradeço naturalmente a intervenção da bancada da CDU, mas é minha intenção manter a saudação, tal como está.

Presidente da Mesa – Faço lembrar que, nesta fase, não estamos a fazer deliberações...

Agradecia que houvesse no exterior da sala, nos corredores e na própria sala alguma atenção para falar muito baixinho, para conseguirmos fazer a reunião em condições normais, é que se tem estado a acumular algum ruído e depois nós distraímos-nos.

Estava eu a dizer que estamos nesta fase de fazer umas votações, mas que não são deliberações da Assembleia, não comprometem o órgão. Isto é como nos exames da escola, há exames que são vinculativos e que valem notas e às as provas de aferição, que é para ver como é que as coisas estão, mas não são vinculativos e não valem notas e aqui vincula-se aqueles que são os proponentes e os que aderem, é uma aferição de concordância, daí que esta votação tenha esta diferença. Vota-se na mesma, mas uma vota-se para deliberar e na outra vota-se para concordar ou discordar e o resultado terá em conta as manifestações de concordância ou discordância que aqui foram tomadas.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

6. Saudação “75 anos da assinatura do Tratado do Atlântico Norte” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Este ano assinalamos o 75º aniversário da assinatura do Tratado do Atlântico Norte, um marco histórico na arquitetura de segurança global que deu origem à organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN).

A adesão de Portugal, como membro fundador desta aliança, reflete o compromisso contínuo do país com os valores de democracia, liberdade e defesa mútua.

Hoje ao celebramos este legado significativo, reafirmamos a importância da NATO num contexto global em constante evolução e destacamos o papel vital desta aliança na manutenção da paz e estabilidade internacionais.

Com este breve enquadramento, a Iniciativa Liberal apresenta este voto de saudação por ocasião dos 75 anos da assinatura do Tratado do Atlântico Norte.

Simão Calixto (CDU) – No momento em que se celebram as datas do 25 de Abril e o 1º de Maio não deixa de ser significativa a escolha da Iniciativa Liberal de não apresentar nenhum documento sobre estas datas, mas prefere dedicar uma saudação a uma organização militar que nada mais fez na sua história do que promover a guerra.

Os outros partidos escolheram Abril, a liberdade, a democracia, o 1º de Maio, com o trabalho e a sua dignidade ou até o dia da Terra e a proteção do ambiente, mas a IL escolhe a apologia do militarismo, da corrida aos armamentos, ao aumento das despesas militares, à militarização das relações Internacionais.

Uma saudação que opta por uma linguagem belicista em clara contradição com a nossa Constituição nascida de Abril e que estabelece um primado da cooperação entre os povos, a resolução pacífica dos conflitos e preconiza a solução dos blocos político-militares, tal como consta no seu artigo 7º.

Na sua saudação a IL fala de um Portugal orgulhosamente membro fundador da NATO, esqueceu-se foi de dizer que esse Portugal era o Portugal fascista de Salazar e que a participação de Portugal no ato fundador da NATO, em Abril de 49, legitimou internacionalmente a ditadura portuguesa e lhe prolongou a vida. Esqueceu-se, também, de dar nota da cumplicidade da NATO na guerra colonial ou, ainda, falando de membros menores fica a dúvida de quais são os Estados soberanos que a IL considera como menores.

A IL omite, também, que no passado dia 24 de março assinalaram-se 25 anos da primeira agressão militar a um país soberano na Europa no pós 2ª Guerra Mundial. Foram 78 dias, 38 mil missões, 11 mil missões de bombardeamento, 23 mil bombas e mísseis, muitas destas com urânio empobrecido, são a marca da NATO na Jugoslávia, numa intervenção à margem das Nações Unidas.

Estranha-se que a Iniciativa Liberal, paladina das liberdades, afinal, se tenha esquecido que a 23 de Abril de 1999, a NATO bombardeou a rádio televisão da Sérvia, em Belgrado, para calar as notícias do horror e da agressão, tudo em nome da proteção dos civis, travar o regime e claro da democracia norte-americana.

Permitam-nos lembrar o Mário Soares, que compreenderão que não é nenhuma figura que nos traga alguma simpatia, quando observou que a NATO, apesar dos proclamados objetivos, transformou-se por pressão dos neocons americanos numa ameaça à paz.

Posto isto, naturalmente, votaremos contra esta saudação.

Vítor Rosa (BE) – De consciência tranquila quanto a votar contra esta saudação da Iniciativa Liberal.

Desde sempre fui contra a NATO e o Pacto de Varsóvia, duas entidades fruto da chamada guerra fria e que de defesa da paz pouco tinham e tem aquela que hoje ainda existe.

Diz a IL que a *“NATO tem contribuído ativamente para os esforços da Aliança na preservação da estabilidade, paz e segurança”*, como a memória não é curta relembro a atuação da mesma na guerra na ex-Jugoslávia, o que não me dá muita paz e segurança com a NATO.

Diz a IL que: *“Decorridos 75 anos, a NATO expandiu-se para incluir 32 países, unidos na defesa mútua dos valores de democracia e liberdade, e na contenção de ameaças de regimes totalitários”*, e que: *“A continuidade e o aprofundamento da NATO asseguram que as democracias liberais europeias permanecerão protegidas do imperialismo e de potências autocráticas.”*.

Ora bem, a defesa mútua dos valores de democracia e liberdade e que as democracias liberais europeias permanecerão protegidas do imperialismo de potências autocráticas, é também aplicada à Hungria de Viktor Órban? Ou ao Reino Unido de Rishi Sunaki que quer deportar para o Ruanda imigrantes? Ou à defesa da Turquia contra o povo Curdo? Da defesa do *puhsback* na Lituânia que reforça o regresso de refugiados e migrantes a lugares onde enfrentam risco de tortura e outros maus-tratos, conforme denúncia da Amnistia Internacional dos direitos humanitários destes refugiados e migrantes? Da defesa da Itália de Georgia Meloni e de Matteo Salvini que fez acordos com a Albânia para deportação de refugiados africanos?

Chamar a isto defesa mútua dos valores da democracia e liberdade e democracias liberais a estes governos é no mínimo um eufemismo que não corroboro.

A paz dos povos só pode ser conquistada pelos povos e não por organizações belicistas que defendem elas sim, imperialismos de potências autocráticas. Votarei contra esta saudação.

Nuno Gabriel (CH) – A importância que a NATO tem para a defesa de Portugal merece que o CHEGA acompanhe este voto de saudação que a Iniciativa Liberal aqui traz.

Porventura, também não só Maia, mas porventura se a Ucrânia fizesse parte da NATO não estaria a passar por aquilo que está a passar hoje e aí, se calhar, a CDU já teria outro olhar ou não.

Flávio Lança (IL) – Tenho de responder, obviamente, ao senhor deputado Simão Calixto.

A Iniciativa Liberal, só para lembrar, não sei se esteve distraído, saudou dignamente o 25 de Abril na sessão solene promovida por esta Assembleia Municipal.

Recordo o senhor deputado que não é o número de saudações que faz com que cada um individualmente valorize mais ou menos o 25 de Abril, mas são as nossas ações diárias.

Simão Calixto (CDU) – Só para dizer que as ações diárias da IL preferem valorizar a guerra e não a paz e não o 25 de Abril e os seus valores.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação rejeitada por maioria e em minuta, com o voto de qualidade do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, e 18 votos a favor, 10 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Ana Catarina Mendes (PS) – Senhor Presidente sei que não temos tempo, mas proponho que possa apresentar a esta Assembleia, no dia em desaparece uma figura maior da nossa democracia e lutador pela liberdade, como o Sérgio Ribeiro que morreu esta tarde.

Que esta Assembleia Municipal pudesse associar-se ao pesar, pudesse lamentar e pudesse fazer um minuto de silêncio pela figura maior que foi Sérgio Ribeiro.

Presidente da Mesa – Alguma objeção em fazer este minuto de silêncio?

Simão Calixto (CDU) – A CDU, naturalmente, associa-se e agradece a lembrança deste gesto.

Presidente da Mesa – Então vamos de imediato fazer um minuto de silêncio.

Fica registado o voto de pesar pelo falecimento de Sérgio Ribeiro de toda a Assembleia Municipal com o silêncio solene.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão ordinária da Assembleia de 29 de fevereiro de 2024

Vítor Rosa (BE) – Na página 22, relativamente à minha intervenção sobre a saudação do CHEGA, há aqui alguns erros, do ponto de vista do português e que relativamente “à boleia do nosso destino o CHEGA” as afirmações feitas foram “à boleia do nosso distinto vate o CHEGA”.

No último parágrafo, onde diz: “estes valores, diga-se em abono da verdade, não são exclusivos da alma Lusa, o espírito português sobre contraluz”, que é o texto que cá está, o que foi dito foi “soube encontrar a luz, este espírito”.

Presidente da Mesa – Se não houver objeções, pedia ao senhor deputado que depois desse nota aos serviços dessas alterações.

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 16 de abril de 2024

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

Presidente da Mesa – Tenho um pedido do senhor deputado Ilídio Ferreira para fazer, no final do período de antes da ordem do dia, uma intervenção de protesto.

Ilídio Ferreira (PS) – Nos termos do artigo 12, alínea e) do regimento da Assembleia Municipal, e dado que a Câmara não cumpre com a Lei 75/2013 e o regimento da Assembleia Municipal, quanto ao direito dos membros da Assembleia Municipal solicitarem e receberem da Câmara informações sobre assuntos de interesse para o município e que, apesar das palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal na reunião do passado dia 29 de fevereiro, não me parece estar a Assembleia interessada em apreciar a recusa da prestação de informações por parte da Câmara.

Já por três vezes, pelo menos, trouxe aqui este assunto, trata-se de uma recusa, dado que o tempo decorrido de sete meses desde que fiz o requerimento, e a natureza das informações que a Câmara dispõe e pode disponibilizar sem grande esforço, apresento o meu protesto e informo que se a Câmara não me enviar as informações nos próximos sete dias, apresentarei uma queixa à Inspeção-Geral de Finanças.

Levo 31 anos de autarca, 12 como vereador e 19 como deputado municipal, dos quais 23 na oposição e nesses anos apenas apresentei dois requerimentos por escrito, ambos neste mandato e ambos sem resposta até agora. Não é por acaso, que este seja um mandato em que têm sido apresentados mais requerimentos por escrito por parte das bancadas da oposição. Mais, mas muito mais. A razão é só uma e a responsabilidade é apenas de uma pessoa, do Sr. Presidente da Câmara que não responde à grande maioria das questões colocadas pela oposição nas reuniões da Assembleia Municipal, dessa forma desrespeitando os deputados municipais.

Presidente da Mesa – Temos de regular a figura do protesto, porque o protesto é uma figura que também conta no período antes da ordem do dia ou dentro do período de...

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, muito mal iremos quando acharmos que este é um assunto que leva a que a Câmara esteja 7 meses sem responder, deve ser objeto de protesto.

Presidente da Mesa – Não estou a discutir o conteúdo e nem o teor do protesto, não é isso que eu estou a discutir, só estou a discutir é o procedimento, não é o processo.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Janeiro a Março – 2024 (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – Ora, a informação escrita do Sr. Presidente acerca das atividades de janeiro a março de 2024, como refere o Sr. Presidente no preâmbulo do relatório, o documento revela a orientação do executivo no desenvolvimento do município, a orientação deste executivo na aproximação às populações, a sua orientação na consolidação da situação financeira do município e a sua orientação na definição de obras estruturantes.

O atual modelo de relatório concentra essa informação em quase 10 a 15% do volume das páginas apresentadas anteriormente, o que poderá em determinadas análises e subsequentes pronúncias ser manifestamente insuficiente para as competências desta Assembleia Municipal, mas que a seu tempo iremos aferir.

Sobre o presente relatório solicitamos os seguintes esclarecimentos, o gabinete de higiene e segurança no trabalho, página 14, refere que no trimestre foram contabilizados 20 acidentes de trabalho, sendo que um deles foi para o local de trabalho ou para a sua residência. Sobre este foram perdidos 111 dias de trabalho, Sra. Vice-Presidente, o trimestre só tem 91 dias, sendo que aí estão se a contabilizar, também, dias que não são dias de trabalho, mas também dias de descanso.

Gostaríamos de saber porque é que não consta o comparativo com o período análogo.

Outra questão, há também o registo da entrega de um total de 76.049 unidades de equipamentos de proteção individual e 1.858 unidades de fardamento, se existem e, segundo este relatório, 1.958 funcionários, a média resulta em 38 unidades de EPI's para cada funcionário num só trimestre. Gostaria que a Sra. Vice-Presidente pudesse clarificar que tipo de equipamentos de proteção individual e a que a unidades orgânicas foram entregues.

Terceira questão, tem sido recorrentemente afirmado que a delegação de competências na área da educação resultou num acréscimo de despesa para o município, sem que esse diferencial seja compensado pelo Governo Central, mas verifica-se no mapa de controlo financeiro, que está na página 32, e chamo a atenção que é o mapa anual e não trimestral, não correspondente ao período do relatório, que o maior diferencial entre a receita e a despesa, mais de 1 milhão, respeita aos encargos com pessoal não docente de 1º ciclo e pré-escolar. Senhora Vice-Presidente, essa competência já tem mais de 20 anos, pode clarificar, por favor, o diferencial?

Quarta questão, na informação do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização, página 19, no que se refere à operação da Carris Metropolitana foi efetuado um trabalho conjunto com a TML de avaliação e reformulação de linhas, percursos e horários de forma a se adequarem melhor às necessidades dos munícipes. Queremos saber se nessa reformulação está contemplado o acréscimo e adequação de autocarros que servem, por exemplo, a população escolar nas deslocações para os agrupamentos e para o Instituto Superior, de modo a cumprir os regulamentos quanto ao transporte de passageiros em pé fora do circuito urbano?

Quinta questão e última, e ainda se nas reuniões com os concessionários e com a Capitania do Porto de Setúbal, cuja referência está na página 20, foi abordada a redução do espaço público na Praia da Saúde devido ao aumento de espaço para estacionamento de barcos?

Presidente da Mesa – Não seria justo se não dissesse já que o executivo está a ser penalizado com esta intervenção da senhora deputada Paula Soeiro por ter feito aquilo que a Assembleia Municipal recomendou persistentemente, que se estruturasse a informação do executivo, refletindo as atividades e as decisões políticas e não tanto a parte administrativa ou o funcionamento administrativo.

Tem considerado a Assembleia, sucessivamente, que apresenta muita palha, muita coisa que não tem interesse relativo às decisões do executivo e depois quando esse relatório é estruturado e vem mais emagrecido não é apreciado o conteúdo nesse sentido, o executivo é “preso por ter cão e por não ter”.

Não estou a contestar aquilo que referiu ou a importância, mas tem sido um debate continuado na Assembleia, exigir que o executivo reduza o texto e apresente as matérias e as decisões importantes, porque são essas que a Assembleia quer apreciar. Era estranho que se resolvesse agora, já há décadas que ela não é resolvida e a solução tem sido sempre no sentido de acumular mais papel e informação administrativa e provavelmente é assim que acontecerá, vamos ver.

Maria João Palma (PS) – Sendo da responsabilidade da Câmara Municipal apresentar o plano de ação do Plano Estratégico para os resíduos urbanos e supostamente este plano seria para apresentar em novembro de 2023, voltamos a não encontrar menção a este plano neste relatório trimestral. Não sei se poderão, eventualmente, fazer algum ponto de situação relativamente a esse documento, se ele efetivamente está a ser elaborado e se não está quais as razões que levam a não estar, uma vez que depende desta apresentação a perda de fundos comunitários.

Ilídio Ferreira (PS) – Relativamente ao relatório, devo dizer que vi com satisfação o novo conteúdo e a nova forma de apresentação do relatório, no entanto, penso que falta a parte política, digamos assim.

Julgo que a legislação fala em informação escrita do Presidente e nós temos um conjunto de informações técnicas que, em minha opinião estão bem estruturados e bem apresentados, mas sendo a Assembleia Municipal o órgão de apreciação política, faltaria um documento do Sr. Presidente ou da Câmara sobre a sua ação política durante estes três meses, que não consta, uma vez que o documento é um documento essencialmente técnico.

Não havendo esse relatório, porque o relatório é composto pelo que diz e pelo que não diz, irei procurar solicitar algumas informações e esclarecimentos ao Sr. Presidente sobre uma área que tenho acompanhado enquanto deputado municipal e coordenador da Comissão de Urbanismo e Mobilidade, que é a implementação do estacionamento tarifado.

No passado dia 27 de março, a Câmara Municipal aprovou duas propostas sobre esta matéria, a proposta n.º 33/2024 sobre incumprimentos do contrato por parte do concessionário e a proposta n.º 34/2024 em que foi proposto e aprovado uma alteração ao contrato. Quanto à segunda é sabido que o concessionário não cumpriu com duas obrigações importantes, nomeadamente com o impacto financeiro, obra no Largo José Afonso e o P1, o parque subterrâneo na Avenida Luísa Todí. O não cumprimento pelo concessionário poderia ser utilizado pela Câmara para alterar o contrato, reduzindo o número de lugares e os anos de concessão ou resolver mesmo o contrato por incumprimento. Porque veio a Câmara dar a mão ao concessionário referindo na proposta que a Câmara modificou o contrato por razões de conveniência para o interesse público.

É uma questão que deixo à Sra. Vice-Presidente, porque é que a Câmara vem nesta altura modificar o contrato, dando a mão ao concessionário que não estava a cumprir há bastante tempo? Porque é que o Sr. Presidente de Câmara veio, por sua iniciativa, desonerar o concessionário de um grave incumprimento?

Quanto à proposta n.º 33/2024, o incumprimento do contrato pelo concessionário, a Câmara diz que o concessionário incumpe sistematicamente um conjunto de normas, disposições e práticas e pratica outras irregularidades graves. A razão por que a Câmara aprovou a aplicação de várias sanções contratuais, a proposta elenca seis tipos de incumprimentos, que não tenho tempo para referir, e aplica cinco tipos de sanções pecuniárias. Parece que por esta proposta que a Câmara está a penalizar o concessionário, mas não creio que assim seja. As sanções aplicadas, que vamos ver serão pagas e quando, são trocos se comparadas com os valores em custos de capital poupados pelo concessionário por não ter feito obras no Parque José Afonso, nem ter iniciado a construção do parque subterrâneo.

Só em relação à obra no Parque José Afonso, se considerarmos um custo de 1,2 milhões de euros dessa obra, é um número que se tem falado, a uma taxa de juro de 6% como custo de capital, o custo do capital investido pelo concessionário durante o período já decorrido rondaria os 200 mil euros, que ele não investiu 1,2 milhões, nem pagou os juros correspondentes a esses 6% se tivesse pedido o capital emprestado.

Em relação ao P1, não conheço qual o valor previsto para a obra, certamente os milhões de euros, pelo que o custo do capital aplicado, se a obra se tivesse iniciado no prazo contratual, também já estaria em muitas dezenas de milhares de euros, daí que eu diga que as coimas que estão a ser aplicadas são trocos em relação àquilo que ele tem poupado pelo facto de não estar a cumprir com o contrato.

Reconhecendo a Câmara, no teor desta proposta que referi, que o concessionário está a violar gravemente e sistematicamente o contrato, o que nós e toda a oposição vínhamos dizendo há mais de dois anos, porque não avança com uma das figuras previstas na lei e no contrato no sentido de alterar a atual situação? Seja por acordo entre as partes, seja o resgate parcial da concessão por iniciativa da Câmara ou a resolução do contrato, também, por iniciativa da Câmara.

Relembro o que diz o contrato relativamente à resolução do contrato pela Câmara, cláusula 14, alínea a) *“Incumprimento dos deveres legais do concessionário”*, alínea c) *“oposição reiterada ao exercício de fiscalização da execução do contrato ou desobediência às determinações do concedente”*, alínea g) *“falta de cumprimento das disposições do contrato de concessão”*, alínea k) *“não cumprimento reiterado de obrigações que originem a aplicação de sanções pecuniárias”*. Referi as alíneas que cabem perfeitamente na justificação que a Câmara dá para a aplicação das coimas e das sanções pecuniárias que referi.

No entanto, enquanto a Câmara diz que está a negociar a alteração do contrato, fez ontem um ano que o Sr. Presidente disse aqui nesta Assembleia, que decorriam negociações, mas o que se vê são alterações que beneficiam o concessionário, os parquímetros continuam a invadir as ruas dos nossos bairros. Os lugares de estacionamento tarifado estão com baixo níveis de ocupação em determinados locais e os passeios em frente ou ao lado estão ocupados por carros.

Passados três anos, desde o início do processo, é tempo de, com base na experiência destes anos, proceder a uma análise da situação e às correções absolutamente necessárias, manter o processo de estacionamento tarifado tal como está previsto no contrato com mais de 8 mil lugares tarifados por mais 37 anos, o que causará um mal que esta cidade nunca recuperará.

António Costa Ferreira (PSD) – Sobre a questão do estacionamento quero perguntar se o prazo da alteração ao regulamento já começou a decorrer? Se já está publicamente em consulta essa alteração?

Sobre aquilo que ouvi dizer pelo deputado Ilídio Ferreira, não há margem para dúvida de que aquilo que a Câmara aprovou, a intenção de aplicação de multas, é algo surreal, jamais se poderá aplicar uma multa quando é uma decisão da Câmara Municipal, não do Presidente, é uma competência da Câmara.

Nunca foram aprovados planos, nem pedidos de prorrogação, quer planos de expansão, quer pedidos de adiamento de trabalhos que estavam previstos no contrato. O que ocorre nessa deliberação da Câmara, a intenção de aplicar multas, é realmente sem justificação, porque uma delas é sobre um regulamento que, pelo que ouvi, foi elaborado pelo concessionário à revelia da Câmara. Pergunto, qual foi o ato público que deu posse ao concessionário daquele investimento? Que eu saiba não houve transição, digamos, oficial.



Vou deixar duas perguntas que gostaria de ver respondidas. Uma delas tem a ver com a reposição de pavimentos que há meses se verificam, por exemplo, na Quinta do Freixo, não se percebe porque os buracos subsistem quer nos passeios, quer na faixa de rodagem sem sinalização e depois deixa de haver sinalização e isto é inadmissível e agravou-se a situação.

A outra tem a ver com a questão do investimento sobre a requalificação de pavimentos na cidade. Julgo que foi incluída a Av. Alexandre Herculano, mas ainda agora quando vinha para cá verifiquei que, embora tendo parcialmente sido intervencionada, existem buracos já na avenida novamente. É preciso termos controle e qualidade nas obras que efetuamos.

Simão Calixto (CDU) – Quero começar por valorizar esta nova forma mais sucinta que o executivo municipal encontrou de nos apresentar a informação escrita. Creio que é, também, uma forma mais clara de nos transmitir esta atividade municipal, que é extensa e que só estes três meses dá para perceber o conjunto de grandes intervenções que têm sido feitas neste município e da obra que este executivo municipal tem vindo a desenvolver.

São três meses, também, de grande atividade municipal, das quais queria destacar essencialmente duas questões, primeira, as sanções impostas à Datarede naquilo que é a exigência do cumprimento do contrato de estacionamento tarifado e esperemos que dê bom resultado no sentido, também, da defesa dos interesses dos nossos munícipes. Também não podia deixar de destacar o conjunto de obras que vem na parte da Divisão de Obras Municipais, com grande número de projetos em avanço, 325 projetos que têm estado a avançar neste primeiro trimestre de grandes obras na cidade, 706 intervenções por administração direta em escolas e em habitação social. Tudo isto são obras que são importantes valorizar e que revelam, também, o grande esforço e empenho dos trabalhadores municipais no desenvolvimento do nosso concelho.

Mário Aranha (PS) – Referir que da parte da bancada do PS há uma grande satisfação pela nova forma pela qual este relatório de atividades da Câmara foi entregue, está muito bem feito, o texto tem toda uma lógica, parabéns e bem haja a quem o fez.

Agora que estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, está-se a cumprir Abril quando uma Câmara Municipal apresenta à Assembleia Municipal o seu relatório de atividades. Se mais entidades públicas fizessem isso, seguramente, tínhamos um país melhor e é por isso que podemos dizer com orgulho que, de facto, o poder municipal democrático foi uma das grandes conquistas e uma das grandes vitórias de Abril. Aqui está-se a cumprir Abril.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente, mantendo o método que tivemos há pouco, vou responder aqui a algumas questões e depois vou passar ao vereador Carlos Rabaçal e depois à vereadora Rita Carvalho. Relativamente à questão do relatório, penso que houve um esforço muito significativo dos nossos serviços de condensarem toda a informação para tentarmos dar ênfase àquilo que consideramos mais importante, de qualquer maneira fica muito, se calhar, ainda por dizer naquela perspetiva de poder prestar a informação. Há aqui alguns casos em que há questões que, se calhar, podem ainda não se perceber muito bem, por exemplo, em relação à informação dos recursos humanos, é evidente que há aí um erro relativamente ao número de dias trabalhados. A comparação que, também, era sempre feita, perdemo-la com esta questão mais sucinta, de qualquer maneira, julgo que hoje com os contributos que aqui obtivemos podemos melhorar nesse sentido e podermos incluir aqui algumas coisas que tínhamos retirado e, se calhar, é interessante poder haver este comparativo nos períodos homólogos relativamente àquilo que são os acidentes de trabalho.

Em relação aqui aos EPI's e aos fardamentos que foram entregues, provavelmente foi porque nós concluímos um procedimento e veio bastante material e esse material foi distribuído, só para terem uma ideia, nós temos que dar vários pares de luvas aos nossos trabalhadores e depois eles vão fazendo essa gestão. Quando falamos de luvas, também falamos de máscaras, de peças faciais e outro tipo de equipamentos que não podem ser partilhados e que são de utilização descartável.

Se for necessário, também podemos fazer aqui depois, mas isso vai-nos remeter, outra vez, para o caminho que tínhamos. De qualquer maneira, se for necessário, os serviços estão sempre disponíveis e podemos elencar os EPI's que são entregues aos nossos trabalhadores.

Relativamente aos fardamentos, também concluímos aqui alguns processos de fardamento, nomeadamente para as trabalhadoras das escolas, verba esta completamente patrocinada pelo município, uma vez que esta verba não tem nenhuma comparticipação do Governo central, nem sequer depois do acordo, ela ficou estabelecida.

Fazendo aqui a ponte para o pessoal, senhora deputada Paula, nós só tínhamos o pré-escolar, não tínhamos o 1º ciclo. O 1º ciclo ainda estava com a Administração Central e com o Ministério da Educação. Nós recebemos o pessoal do 1º ciclo, do 2º, 3º e secundário e tínhamos a responsabilidade da contratação das assistentes operacionais para o pré-escolar, quer no que diz respeito ao apoio de sala, quer no que diz respeito à componente de apoio à família. Eram essas que tínhamos na altura da transferência de competências, elas e eles eram cerca de 120 trabalhadores e tínhamos, para além desses, mais 30 trabalhadores com funções de vigilância e de portaria, que foram adaptados para novas funções, eram pessoas que tinham outras funções na Câmara, como já vimos aqui a responder.

O que é que acontece também? É que esta verba que vinha através da DGEST, vinha através de um fundo próprio e nós conseguíamos exatamente saber qual era a verba para os trabalhadores do pré-escolar. Neste momento, isto vem tudo no chamado bolo e não conseguimos distinguir o que são as verbas que já tínhamos através das nossas competências anteriores, do que são as verbas que temos neste momento. O que nos foi dito é que elas não têm de ser desagregadas e que isto funciona como um bolo e esse bolo dá essa módica quantia de défice que é aí apresentada. Este relatório ainda não foi sujeito à Comissão de Acompanhamento, irá sê-lo brevemente e irá ser analisado também nesses termos. O pessoal do 1º ciclo não estava na esfera da Câmara Municipal.

Pedia ao senhor vereador Carlos Rabaçal que respondesse em relação ao Plano Estratégico dos Resíduos e a algumas considerações que aqui foram feitas.

Vereador Carlos Rabaçal – Em relação às questões do Plano Estratégico para os resíduos sólidos urbanos, os municípios não têm que fazer planos estratégicos para os resíduos sólidos urbanos, há um plano estratégico, o PERSU, que é o Plano Estratégico Nacional que verte diretivas europeias e foi elaborado nessa base e que depois tem uma tradução no terreno, quer nos sistemas em alta, quer nos municípios, nos PAPERSU, que são os planos de ação para o plano estratégico. São, digamos, documentos, ou orientações práticas concretizadoras do Plano Estratégico Nacional.

Nós elaboramos o nosso PAPERSU, ele tem que fazer um caminho que é ir à APA, ela está para se pronunciar sobre os PAPERSU todos, está um bocadinho atrasada nessa matéria. Se a APA der parecer positivo virá à reunião de Câmara e nem há necessidade de vir à Assembleia, podemos trazer à Assembleia, mas só um documento que habitualmente não vem. Isto em relação ao PERSU, Plano Estratégico Nacional e ao PAPERSU com o plano de ação que concretiza esse plano estratégico a nível local.

Apesar disso, nós decidimos, nós Setúbal, elaborar mesmo um plano estratégico dos resíduos sólidos urbanos de Setúbal, que está na sua fase final, depois de concluído tecnicamente será aprovado no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, transitará para a Câmara, depois virá para inquérito do público, regressará à Câmara e depois virá à Assembleia Municipal. É um processo que ainda vai desenvolver-se, mas creio que durante o mês de maio esse documento irá seguramente à Câmara.

O Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos de Setúbal, que é um documento que não somos obrigados a fazer, mas que entendemos que devemos fazer, de colocar no debate político público e colocar à nossa comunidade as opções estratégicas para a questão dos resíduos e até para a compreensão global dessa matéria, que é uma matéria que muito pouca gente acompanha de perto e até compreendo, portanto, estamos a fazer esse esforço e vamos dar esse contributo.

Depois em relação à Quinta do Freixo, foi colocada aqui a questão, ainda na sexta-feira, o executivo municipal esteve a fazer uma visita à Quinta do Freixo, a qual tem problemas de estacionamento muito complicados e tem problemas de passeio também complicados.

Há uma obra que vai avançar na zona da Junta de Freguesia a muito breve prazo, na antiga Junta de Freguesia de Santa Maria e nós estamos a estudar uma solução para a substituição das lajetas que envolvem os prédios que estão completamente degradadas. Dizer que a nota que trouxe o senhor deputado municipal é, também, uma preocupação nossa e que está neste momento a ser tratada.

Em relação aos pavimentos da cidade, a Alexandre Herculano foi pavimentada há cerca de 10, 12 anos, a vida de uma rua pavimentada de grande pressão anda à volta dos 10, 15 anos e ela está a precisar de uma reabilitação, mas temos no nosso plano de reabilitação um vasto número de ruas de todo o concelho, em todas as freguesias.

Neste momento, o que está a decorrer com maior impacto é uma intervenção em 10 ou 12 ruas do Vale Ana Gomes, também estamos a trabalhar para lançar a obra da Avenida dos Ciprestes, da Avenida Henrique Cabeçadas e da Avenida de Moçambique e estão, como sabem, a decorrer os trabalhos da 10-4 na Mitrena.

Já agora quero, também, deixar essa nota de que o nível de degradação tem que ver com o uso, no caso da Mitrena, e a solução que foi encontrada é uma solução muito forte de pavimentação para garantir que utilização daquela estrada pelos carros pesados de grande tonelagem não destruam completamente aquela via. É uma via que vai ficar com uma pavimentação adequada ao tipo de uso.

O uso das vias em Setúbal cresceu muito, há muito mais carros, há muito mais intensidade de tráfego e isso implica, da nossa parte, um esforço complementar de manutenção face ao normal desgaste que as vias estão a ter.

Vereadora Rita Carvalho – Respondendo aqui às questões colocadas sobre o estacionamento, que é um assunto que tem merecido muito debate político e, diria eu, oportunismo político.

Foi aqui anunciado, de facto, há um ano, ou assumido pelo Sr. Presidente da Câmara que estava em avaliação uma reponderação ao contrato e a avaliação das condições do novo contrato ou de uma revisão ao contrato e foram desenvolvidas várias iniciativas junto da empresa concessionária.

Outras questões também anunciadas aqui, pelo Sr. Presidente de Câmara, era relativamente à localização do parque 1 e à obra do Largo José Afonso. Foram anunciados à empresa que avaliasse estas alternativas, tanto do investimento a concretizar no Largo José Afonso, um investimento alternativo, como da alteração de localização do parque de estacionamento na Avenida Luísa Todi. A empresa assumiu a disponibilidade para fazer a avaliação dos impactos e das alternativas que lhes foram apresentadas. Assumiu há mais de um ano e não concretizou.

O que se passou ou o que foi deliberado em reunião de Câmara de março, entre outras questões, foi as duas tomadas de decisão, uma aplicação de sanções relativamente aos incumprimentos, que já tinham vindo a ser identificados pelos serviços municipais conhecidos na Câmara e conhecidos na Assembleia, através do relatório desenvolvido pela Comissão de Urbanismo e Mobilidade. Não sendo possível corrigi-los de uma forma de entendimento junto da empresa, o que se fez foi a intenção de aplicação de sanções que foi comunicado agora à empresa para se pronunciar sobre essa aplicação de sanções que, no seu somatório, representam cerca de 600 mil euros. Entre elas a emissão de autos de notícia fora das competências da empresa, a retenção de receita indevida e a falta de acesso aos dados através da plataforma que faz a gestão do funcionamento do estacionamento tarifado.

Em simultâneo, o que se fez, por continuo incumprimento da empresa, foi uma alteração ao contrato relativo à alteração da localização do parque de estacionamento na Avenida Luísa Todi e à obra alternativa do Largo José Afonso, ambas justificadas por interesse público, conforme já tinha sido apresentado à empresa e já tinha sido apresentado em reunião de Câmara. Não há aqui um tomar de decisão de parte nenhuma, há um tomar de iniciativas relativamente ao não cumprimento das questões contratuais e isto é o que nos cabe naquilo que é a nossa obrigação e no garante do interesse público e do garante das condições de regulação do estacionamento, de regulação do espaço público e do ordenamento do território.

Ilídio Ferreira (PS) – Duas notas rápidas sobre o que disse a senhora vereadora, que agradeço, devido ao pouco tempo que tenho.

Não é compreensível, senhor vereador, para a oposição, que a Câmara tivesse levado três anos a decidir que a obra do Largo José Afonso deveria ter sido substituída por outra obra. Agora, o que se retira de todo este tempo é que o concessionário foi claramente beneficiado, porque há três anos que deveria ter feito uma obra de 1 milhão e 200 mil euros e não fez nada e ainda não aplicou um tostão.

Como eu disse na outra intervenção da proposta, que da proposta de declaração de interesse público de alterar a localização do parque de estacionamento, eu pergunto também à senhora vereadora se está absolutamente convicta de que aquele parque vai ser feito? Ou seja, que o concessionário vai fazer.

Ressalta, primeiro que ele fica desonerado do incumprimento que tinha a partir da altura em que é a Câmara a propor que haja uma alteração por interesse público e, em segundo lugar, o que é que a Câmara fará ou pensa fazer se ele não vier a cumprir no futuro dentro dos prazos que a Câmara concedeu relativamente às duas obras que deveria já ter feito, feito uma e começado outra?

Vereadora Rita Carvalho – Respondendo às questões que são colocadas, como calcula são processos que não têm uma só resposta, têm avaliações sucessivas consoante o momento e as reações da concessionária e eu não consigo dizer aqui hoje, nem eu nem ninguém nestas funções com responsabilidade e de uma forma séria, o que é que acontece se isto ou se aquilo.

Obviamente, que é uma situação que está a ser avaliada, que está a ser ponderada juridicamente e financeiramente pelo facto de não ter sido cumprido determinados pressupostos e das implicações que isto pode representar.

Obviamente, que no resultado da notificação da decisão da Câmara ou das diversas notificações da decisão da Câmara, uma relativa à aplicação de sanções, outra relativa à alteração ao contrato, naquilo que possa ser a sequência da atuação da empresa DATAREDE tem que ser avaliado juridicamente e financeiramente os impactos que isto representa.

Como calcula, não foram três anos em que a Câmara, os serviços, os eleitos ou o órgão Câmara tiveram parados sem tomar decisão relativa aos incumprimentos, foram três anos em que o processo foi acompanhado com frequência do ponto de vista técnico, com muita frequência do ponto de vista político e com as devidas avaliações e ponderações jurídicas e técnicas. Portanto, não são três anos em que não tenha sido tomada uma iniciativa.

Como lhe disse e como sabe, por maioria de razão, porque é o coordenador da Comissão de Urbanismo e Mobilidade, conhece esta discussão com o nível de pormenor até diferenciado de outros eleitos aqui na Assembleia Municipal. Estas questões foram colocadas á empresa há mais de um ano e há mais de um ano que se tentou junto da empresa, naquilo que são as relações entre um organismo público e uma empresa privada, que chegasse a bom porto, não sendo possível há uma alteração ao contrato de forma unilateral e há uma aplicação de sanções por incumprimento.

2. **Deliberação n.º 029/2024/AM – Delib. CM n.º 220/2024 – Concurso Público n.º 15/2024/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de terreno do domínio público hídrico e respetivas construções e instalações – RETIRADA** (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31)

Presidente da Mesa – Segundo comunicação que hoje me chegou do gabinete do Sr. Presidente da Câmara, deverá ser retirada para melhor apreciação esta deliberação. Como esta proposta não tem origem na Assembleia, mas no próprio executivo, julgo que deve ser considerado este pedido de retirada e não ser apreciada nesta sessão.

3. Deliberação n.º 030/2024/AM – Delib. CM n.º 223/2024 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, um do PS, dois do PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, e 15 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

4. Deliberação n.º 031/2024/AM – Delib. CM n.º 229/2024 – Abertura de procedimento concursal para cargo de Direção Intermédia de 2.º e 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do CH, do BE e do PAN e as abstenções do PPD/PSD e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Rita Sereno (PSD) – A bancada do PSD perante a proposta de abertura de dois procedimentos concursais para os cargos de dirigentes nada tem a opor, muito pelo contrário, consideramos que a Câmara Municipal deve zelar pelo cumprimento da lei em matéria de recrutamento e seleção de pessoal e promover procedimentos de contratação transparentes e céleres que dignifiquem os candidatos selecionados, assim como o trabalho digno no município.

A Câmara Municipal deve, com maior celeridade e zelo, preencher todos os postos de trabalho que apresentam vacatura no quadro de pessoal do município, até porque é o acesso à função quando esta Assembleia Municipal aprova anualmente o mapa de pessoal. No entanto, verificamos, ano após ano, que pouco ou nada é feito para dar cumprimento à deliberação deste órgão municipal e poucas são as contratações feitas pelo município.

Neste momento, é uma preocupação para a bancada do PSD aferir através do relatório de atividades do 1º trimestre, hoje aqui apresentado, que apenas ocorreram cinco admissões e zero, volto a referir, zero aberturas de concursos no 1º trimestre. Quando o quadro de pessoal da Câmara Municipal tem dezenas de postos de trabalho vagos e para agravar a situação ainda podemos constatar a saída de quinze efetivos entre janeiro e março de 2024. A nossa questão e preocupação é simples, a Câmara Municipal faz gestão dos seus recursos humanos ou gere apenas administrativamente, desvalorizando a importância do capital humano para a boa gestão do município?

Este executivo, várias vezes, já se desculpou com o facto de abrir procedimentos concursais e os lugares não serem ocupados devido aos baixos salários, à especificidade das funções e muitas outras razões, algumas dessas razões até consideramos válidas, mas cabe ao executivo procurar definir uma estratégia de captação de recursos humanos.

Atenção, recursos não faltam no concelho, porque podemos ver pela taxa de desemprego, provavelmente falta é vontade e interesse do executivo, até porque tem a possibilidade de promover parcerias, se é que não as tem, com os estabelecimentos de ensino e Formação Profissional que tem a oferta formativa em muitas áreas, com funções vagas no quadro de pessoal.



Já para não falar na morosidade dos processos de contratação deste município que ultrapassa os timings expectáveis comparativamente a outros organismos e, como já aqui uma vez, o afirmei, a autarquia responde às mesmas exigências e timings legais que outras instituições públicas.

Em conclusão, contávamos ter aqui hoje uma proposta de abertura de concurso para todos os lugares vagos do quadro de pessoal, postos de trabalho, esses que ajudariam muitos setubalenses e outros residentes a sair do desemprego e a prestar serviços à nossa cidade de forma a dar resposta às necessidades dos setubalenses e às responsabilidades do município.

Termino questionando, quantos procedimentos concursais estão em curso e quantos procedimentos concursais faltam abrir para preencher todas as vagas para responder às necessidades dos setubalenses?

Por fim, qual é a estratégia deste município para captar e reter os seus recursos humanos e qual é a estratégia para combater o desemprego no município apresentando soluções e não desculpas?

Vice-Presidente da Câmara – Não compreendo o detalhe desta proposta, como é que vem toda esta questão, mas tenho muito gosto em explicar.

Em primeiro lugar, os procedimentos concursais não têm de vir à Assembleia Municipal, são competência da Câmara Municipal e quem acompanha a Câmara sabe que nós temos durante este mandato trazido muitos procedimentos concursais. Aliás, durante o ano de 2022, que foi o ano em que mais trabalhadores entraram na Câmara através de procedimentos concursais, portanto, dizer que a Câmara tem os lugares no mapa de pessoal vagos e que não são colocados, não é verdade. A gestão de recursos humanos não se faz apenas com o recrutamento de novos postos de trabalho, também se faz através da valorização dos nossos trabalhadores, que é aquilo que temos vindo a fazer através das mobilidades intercarreiras e já o fizemos este ano no final de março. Mais 30 trabalhadores viram a sua situação, através da mobilidade intercarreiras, consolidada.

Também temos, através das modalidades de outros organismos e de outros concelhos, coisa que eu não vejo nas outras entidades e organizações abrirem procedimentos concursais para recrutamento externo, apenas abrem procedimentos por mobilidade, tornando assim o processo muito mais fácil.

O que acontece aqui na Câmara Municipal é que, nós temos, efetivamente, aberto postos de trabalho novos para novos recrutamentos e não temos andado como muitas entidades fazem, são políticas que têm de estratégia de recursos humanos, a ir buscar recursos humanos de uma entidade para outra.

Se a senhora deputada for consultar a BEP vai ver que existem muitos procedimentos abertos por parte da Câmara Municipal e que a maioria deles são para as áreas operacionais que são efetivamente aquelas áreas onde nós temos mais dificuldade no recrutamento, e sim os salários são muito baixos e sim as pessoas não conseguem fixar-se na administração pública, não é por causa do recrutamento da Câmara Municipal, mas é porque as condições que existem nas câmaras, muitas vezes, são diferentes daquelas que têm noutras entidades não públicas, mas privadas e que fazem com que optem por outras alternativas. Por exemplo, no caso dos motoristas nem é por ficar no nosso país, é para ir para fora fazer longos cursos, são situações destas a que as pessoas estão sujeitas.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

5. Deliberação n.º 032/2024/AM – Delib. CM n.º 258/2024 – Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e Mitrena e adoção de Medidas Preventivas - Processo n.º 1009C/17

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS e do PPD/PSD, as abstenções do CH e do BE e o voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

António Costa Ferreira (PSD) – Quero acrescentar um esclarecimento que fiz na comissão e apesar do voto ser favorável gostava de ver na documentação o parecer final da CCDR, assim como as condicionantes que no licenciamento apresentado, foram as que estão vertidas.

Conversei com o Dr. Vasco e disse-me que sim, mas acho que devia constar cá essa informação da CCDR a dizer que foram concretizadas as condicionantes.

Vereadora Rita Carvalho – Esta questão foi colocada, de facto, na Comissão de Urbanismo, o único parecer da CCDR está anexo à deliberação em que propõem esta alteração e as condicionantes estão expressas na deliberação que foi tomada e no relatório técnico anexo.

António Costa Ferreira (PSD) – Certo, mas não foi ouvida a CCDR para certificar essas condições se foram executadas?

Vereadora Rita Carvalho – Não foi ouvida, porque a CCDR diz que em vez de estar no conteúdo material deve estar no conteúdo documental e nós procedemos à alteração nos termos do parecer da CCDR. Não justifica voltar outro parecer da CCDR.

António Costa Ferreira (PSD) – Aceito a justificação, mas para que não ficasse dúvidas devia de haver um documento final da CCDR, mas é a minha opinião.

Vítor Rosa (BE) – Agradecer em primeiro lugar as informações prestadas pela senhora vereadora Rita Carvalho sobre esta proposta, contudo, parece-nos que face às características de cada um dos projetos aqui apresentados e por serem em zonas territoriais diferentes, que a Câmara devia separar esta proposta em duas.

São dois projetos distintos com implicações e com intervenções a realizar distintas e juntar as duas numa mesma proposta, não acredito que seja por uma mera questão ou de economicismo, mas facilitaria uma apreciação mais clarificadora em relação ao sentido de voto.

Em relação ao projeto da ASCENZA, as minhas dúvidas quanto ao número apresentado de 143 postos de trabalhos diretos, já que esta empresa tem a decorrer um processo de rescisões de contratos de trabalho, um dos motivos da última greve realizada, bem como se não haverá aqui ajustamentos de algum ou alguns setores da fábrica com o aproveitamento de mão de obra já existente internamente, e não ser esse o número final de trabalhadores apontado na proposta e, eventualmente, vir a ser em menor número.

Quanto ao projeto da HYPERION, continuamos a ter as mesmas dúvidas já apontadas desde o primeiro momento em que este projeto veio a esta Assembleia. Irei-nos abster relativamente a esta proposta.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN acompanha com preocupação esta proposta, por querer condensar, dir-se-ia de forma até pouco subtil, uma suspensão do PDM conjunta para uma série de projetos com características e impactos muito diversos.

Assumimos já previamente a nossa oposição a megaprojetos de instalação de parques fotovoltaicos que apenas parecem servir para arrasar com terrenos de interesse público e fomentar a dependência de empresas produtoras de energia, em vez de apostar na independência energética dos consumidores.

Por outro lado, à luz de acontecimentos recentes em Sines, o PAN vê com grande preocupação os projetos ligados ao chamado hidrogénio verde, tendo inclusivamente proposto, no âmbito do Orçamento do Estado 2024, a suspensão imediata de todos os projetos de hidrogénio em curso para que possa haver a investigação judicial adequada aos promotores deste tipo de projetos, ou seja, de que todos os verdadeiros beneficiários dos projetos de hidrogénio fossem, efetivamente, divulgados.

Por estes motivos iremos votar contra a presente proposta.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS e dois do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria, com 32 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

6. Deliberação n.º 033/2024/AM – Delib. CM n.º 282/2024 – Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, exercício de 2023 (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro)

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PPD/PSD, do CH, do BE e do PAN e o voto contra da IL justificado por não ter presente a certificação legal de contas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Presidente da Mesa – Esta proposta tem uma errata que foi referenciada no texto da proposta, nos seus considerandos. Na segunda página, no quadro que consta dos mapas de balanço, demonstração de resultados, de fluxos de caixa e desempenho orçamental, nas duas últimas linhas deste quadro onde diz “saldo inicial” é “saldo final”. Houve aqui uma gralha na página 2, do texto da proposta que acompanha o relatório.

Mário Aranha (PS) – De referir aqui uma nota prévia importante, porque, às vezes, aqui a CDU gosta de fazer alguns jogos de palavras, mas a nossa bancada do Partido Socialista reitera a sua disponibilidade, a sua vontade e também a sua opção política em que a água do nosso concelho seja pública. Temos tido sempre uma postura bastante construtiva relativamente a tudo o que tem sido dito aqui em termos de Assembleia Municipal e, portanto, só fazer esta nota prévia.

Monopólios naturais devem ser geridos por entidades públicas, bens públicos devem ser geridos por entidades públicas, é o caso da água e é um dos casos mais evidentes onde, efetivamente, a gestão pode e tem de ser pública. Acho que esta é uma nota bastante importante.

Quanto ao ano de 2023, em termos de atividade, sabemos que foi um ano de transição, sabemos que, infelizmente, o concessionário preparou uma série de surpresas desagradáveis, isso foi-nos referido e nós, Partido Socialista, sempre demonstramos total solidariedade, sempre total apoio em tudo o que foi necessário para que essas situações fossem ultrapassadas, incluindo situações que impliquem tribunais e litigância.

Nesse aspeto acho que temos sido absolutamente exemplares, mas já não foi tão exemplar a gestão que foi feita em 2023. Apesar destes problemas, sabemos que o arranque foi difícil, mas foi um ano quase perdido, ou seja, transitaram, por exemplo, as pessoas, havia os engenheiros, havia projetos, mas muito pouco foi feito, ou seja, só 9% do que tinha sido orçamentado foi executado, em termos de investimento, foram apenas 54 mil euros. Ora, isto é um valor muito baixo para aquilo que é necessário.

Só referir que, em relação ao desperdício de água, as famosas fugas, que é um problema que já está identificado há muitos anos, nada foi feito. Só para termos uma noção, números dos próprios Serviços Municipalizados, foram desperdiçados mais 3,8 milhões de metros cúbicos, isto quer dizer que são quatro piscinas olímpicas por dia, para além do gasto financeiro que é claramente um problema ambiental bastante grave.

Muito nos espanta que muito pouco tivesse sido feito até porque havia muitos projetos que até eram objeto de conflito entre o concessionário e a Câmara, em que o concessionário dizia que era a Câmara que tinha de fazer, a Câmara dizia que era o concessionário, portanto, há uma série de projetos já perfeitamente identificados e não entendemos porque é que, pelo menos, não foram iniciados os procedimentos para que começassem a ser executados. Isto porque, obviamente, as equipas que tratam deste tipo de situações são as equipas diferentes que estiverem envolvidas no arranque da atividade, como por exemplo, sistemas de faturação, atendimento, etc. Não se entende, a não ser que tivesse havido uma fuga de quadros ou de projetos, mas nunca nos foi referido e não entendemos como é que esta situação pode ocorrer.

Uma nota de grande preocupação e, infelizmente, para nós não é surpresa, porque já sabemos como é que é a escola CDU, ou seja, muitas proclamações, muito apontar de dedos de culpar externos, mas muito pouca execução e já se começa a notar, infelizmente, este padrão também nos Serviços Municipalizados.

De referir, ainda, que em termos de bio resíduos foi mais um ano completamente perdido, houve concelhos aqui ao nosso lado que aproveitaram os fundos para começarem a fazer compostagem a sério, ou seja, aproveitar esses bio resíduos, menos bio resíduos no sistema de tratamento, mais poupança na fatura da água para os cidadãos. Setúbal, mais uma vez, ficou-se pelas proclamações, ficou-se pela guerra com a AMARSUL, que também tem o nosso apoio, mas isso não basta, é preciso agir. Concelhos à nossa volta estão a agir, o nosso, mais uma vez, completo e totalmente parado. Isto é uma situação que, também, não tem nada a ver com o arranque, tem a ver apenas e só com uma questão de estratégia, aliás, falta de estratégia.

Temos uns serviços bastante bons, em termos de comunicação, em termos de competência, só que achamos estranho é que vemos notícias como *“tapou-se um buraco dos cem que estão abertos”*, *“põe-se dois lancis”*, *“foi à festa do alface e do caracol”*, mas notícias importantes a informar as pessoas quase em base diária que é absolutamente necessário reciclar ou que é absolutamente necessário para quem puder, por exemplo, fazer compostagem e com isso conseguirmos poupar na água, não há qualquer tipo de notícia, não há qualquer tipo de intervenção e isso tem de ser em base diária. Também aqui a nossa preocupação.

Para terminar, tendo em conta o problema das alterações climáticas e que, neste momento, passou para as competências dos Serviços Municipalizados, também vemos com alguma preocupação o não aproveitamento das águas superficiais e pluviais que, neste momento, são despejadas no rio e que não estão a ser aproveitadas ou pelo menos não temos conhecimento que haja planos sérios para que sejam aproveitadas. Tendo em conta todas estas nossas preocupações, a nossa bancada vai-se abster.

Vítor Rosa (BE) – Face ainda ao curto tempo de gestão e à necessária consolidação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, dizer que não viabilizaremos o Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos serviços, pelo que nos iremos abster.

Afonso Luz (CDU) – Algumas notas sobre a Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados. Como é do nosso conhecimento, este Relatório Anual de Contas de 2023 trata do 1º ano completo de atividade, depois de voltar a receber os Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Setúbal, anteriormente concessionado, em 1997 por 25 anos a uma empresa privada, as Águas do Sado. É um relatório que revela informações interessantes para os munícipes e para esta Assembleia Municipal.

As tarifas de água e saneamento que vigoraram no último ano de concessão privada de 2022, quando comparadas com as tarifas à data da concessão em 1997, aumentaram nas percentagens que vou referir: a tarifa de disponibilidade aumentou 67%, a tarifa da água aumentou 102%, a tarifa de saneamento aumentou 142%. No mesmo período de 25 anos, a inflação, medida pelo índice de preços/consumidor, aumentou 56% apenas. Estes aumentos de tarifas absurdamente acima da inflação transformaram-se em lucros abusivos para a concessionária à custa do bolso dos munícipes deste concelho.

São estes, na generalidade, os efeitos de se entregar a gestão privada daquilo que são bens públicos. A propósito do disparate de que os privados conseguem melhor gerir os recursos do que as entidades públicas, a experiência mostra-nos que, afinal, tudo é transformado num puro negócio e o lucro a tudo se sobrepõe, incluindo à qualidade da prestação de serviço que lhe está concessionada. Com a prática adotada, a empresa Águas do Sado conseguiu colocar as tarifas cobradas aos setubalenses e azeitonenses entre as mais elevadas de toda a Área Metropolitana de Lisboa e em particular da Península de Setúbal.

Outra conclusão que se retira do relatório, é que se a concessão não tivesse terminado em dezembro de 2022, o aumento de tarifas, resultante da aplicação das regras de atualização tarifária constante do contrato de concessão, os municípios de Setúbal teriam suportado, mais uma vez, enormes aumentos entre os 16 e os 24% face ao ano anterior. O regresso à gestão pública evitou este cenário e passou-se exatamente o inverso, cada um dos consumidores domésticos de 10 metros cúbicos/mês e o consumo médio por família situa-se nos 9 metros cúbicos/mês, viu a sua fatura de água e saneamento de 2023 reduzida em 20% na tarifa geral e em 57% na tarifa social.

Assim, os Serviços Municipalizados de Setúbal que, também, receberam da Câmara Municipal de Setúbal a gestão de resíduos urbanos, apresentaram um resultado económico positivo de 2,9 milhões de euros que foram utilizados para financiar a instalação dos serviços e a realização de investimentos na ordem dos 2,6 milhões, incluindo 964 mil em obras relacionadas com o abastecimento de água de 654 mil com investimento relativo à atividade de recolha de resíduos urbanos e mais de 1 milhão em aquisições de equipamentos administrativos e informáticos e máquinas de apoio aos diversos setores.

Foram, portanto, cumpridas as promessas eleitorais da CDU, de fazer regressar à esfera pública a gestão da água e saneamento e de baixar as tarifas em benefício dos municípios de Setúbal e Azeitão. Isto foi conseguido com uma gestão pública rigorosa que permitiu resultados muito positivos, como se conclui da apreciação deste relatório.

Uma nota, também, para o facto da certificação legal de contas não apresentar qualquer reserva ou ênfase, sinal de que as contas apresentadas estão material e legalmente corretas. Anos particularmente interessantes de verificar este cenário no momento em que são cada vez mais os exemplos do fracasso das políticas de liberalização dos serviços públicos.

As recentes notícias sobre os serviços de água e saneamento em Inglaterra, que durante anos foram dados como exemplares no que diz respeito à sua privatização, à criação do mercado e à sua regulação deixam claro o fracasso de tais políticas. A Thames Water privatizada pelo Governo Thatcher em 1989, sem dívidas, hoje, fruto da gestão privada, apresenta uma dívida de 17,5 mil milhões de euros, infraestruturas profundamente degradadas, elevadas necessidades de investimento, tarifas socialmente insustentáveis e incapacidade de cumprir compromissos financeiros, muitos já defendem a sua nacionalização.

No setor de saneamento de águas residuais, as empresas privadas não conseguiram manter secreta a prática criminosa de manipulação de resultados, de viciação de equipamentos e do desvio de águas residuais para as linhas de água antes de qualquer tratamento. Esta é a eficiência e a eficácia que a gestão privada dos serviços públicos essenciais tem vindo a demonstrar em todo o mundo. Por cá ainda há quem defenda este modelo e as suas virtudes.

Rui Lamim (PSD) – Trata-se, obviamente, do primeiro ano completo de atividade dos SMS e é provável que os segundos e terceiros sejam mais eficazes na sua performance.

Andamos a olhar com bastante interesse o relatório, o qual é bastante interessante, no entanto, conseguimos perceber os custos e os ganhos de cada um dos vários tipos de atividades que os SMS realizam. Existe o abastecimento de água, a drenagem de águas residuais, um terceiro que é a operação e manutenção de sistemas de águas pluviais, este aqui é uma gestão da CMS protocolado com os Serviços Municipalizados e existe um quarto que é a recolha e transporte de resíduos urbanos. Dentro deste conjunto de atividades dos SMS não conseguimos distinguir exatamente qual é o fluxo financeiro entre os serviços e a AMARSUL.

Estará lá, com certeza, mas neste âmbito nós arriscávamos a fazer a seguinte proposta, a CABEA, Comissão desta Assembleia, já faz habitualmente uma avaliação daquilo que é o serviço dos Serviços Municipalizados de Setúbal, assim nesse sentido, propunha que fosse remetido à Comissão de Ambiente este relatório com o intuito de elaborar um relatório sobre o primeiro ano dos SMS a apresentar até à reunião do Estado do Município desta Assembleia Municipal.

Esse relatório, sendo uma continuação do mandato que esta assembleia anteriormente lhe conferiu, teria como objetivo dar a esta Assembleia Municipal uma visão global de todo o sistema com a apreciação individualizada de cada um dos serviços prestados, cruzando com as entidades em presença e que são os Serviços Municipalizados de Setúbal, o Município e as entidades externas, como a AMARSUL e a SIMARSUL. É esta proposta que deixo, um trabalho para a CABEA fazer e nos dar uma visão global, mas segue tudo com fileiras daquilo que é o primeiro ano de atividade destes nossos Serviços Municipalizados.

Mário Aranha (PS) – Só duas notas, não estou a ser irónico quando subscrevo 97 ou 98% do que disse ali o nosso colega de Assembleia, Afonso Luz, nós concordamos em absoluto, nomeadamente o desastre que tem sido em Inglaterra e noutros países a privatização de monopólios públicos e de bens públicos.

Agora há uma coisa, e não é uma questão de concordar ou não concordar, é que ele só falou no passado, não falou nem no presente e nem no futuro e é isso que nós estamos a tratar e foi por isso que, também, foi um compromisso eleitoral do PS para que a água voltasse para a esfera da Câmara Municipal, é por isso que temos tido uma postura colaborativa de todos os investimentos que têm sido necessários e temos votado a favor, tanto na vereação como aqui na Assembleia Municipal.

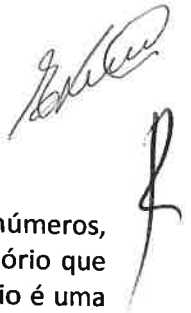
O que se trata é que, de facto, o ano 2023, apesar de sabermos que iriam existir dificuldades, problemas, não foi feita uma gestão antecipada disso, ou seja, em termos de estratégia ficou um ano completamente por fazer e havia coisas independentes de todas as más surpresas que nós sabíamos que a concessionária ia fazer, ou seja, há planos, há projetos que deveriam ter sido implementados e começados, não só na componente de bio resíduos, na componente da reciclagem, na componente da recuperação das fugas na parte das águas pluviais. Tudo isso ficou parado e temos algum receio que não se concretize. A nossa posição, neste momento, é estarmos a debater o ano que passou e os maus sinais que estão a dar para o futuro.

Afonso Luz (CDU) – Se bem percebi as palavras do senhor deputado Mário Aranha, o que se deve depreender é que, apesar de todas as surpresas que referiu e apesar de não se ter conseguido fazer algum planeamento antecipado, os resultados são aqueles que estamos aqui a apreciar, os de 2024 hão de vir e quanto a esses não sei se já tem alguma informação, mas o que estamos aqui a apreciar são as contas de 2023, mais nada.

Vereador Carlos Rabaçal – De facto, esta gestão do ano 2023, foi uma gestão de transição e instalação. Nós iniciámos o plano de atividades e orçamento, fomos obrigados a fazê-los em setembro/outubro e só tomamos posse da gestão em dezembro. Trabalhamos com os números das Águas do Sado, não do ano corrente, mas do ano anterior, com alterações profundas na vida económica do país como a inflação, como a guerra e com o aumento do custo dos fatores de produção. Teve de se fazer estimativas complexas e lá se conseguiu fazer o orçamento e o plano de atividades.

Depois, como é sabido, a concessionária não nos deixou nada em termos informáticos para se poder funcionar, tivemos que começar tudo de novo. Começámos a faturar em março do ano 2023 e começamos a arrecadar dinheiro em maio/junho.

Um procedimento concursal para uma obra demora seis meses, façam as contas, é fácil e não custa nada. Não é má gestão, é a gestão de um processo concreto que é este em termos de capacidade de resolver os investimentos, etc. Convido o senhor Mário Aranha a vir fazer o que nós fizemos nas condições em que fizemos e executar o orçamento todo. Bestial!



Não é possível, é uma questão prática, aliás o relatório é extremamente explicativo, tem muitos números, tem muitos dados, tem muita referência, até tem comparações com a gestão anterior, é um relatório que visa ajudar a perceber exatamente o que se passou e o que se fez. Uma leitura atenta deste relatório é uma radiografia muito rigorosa de tudo e fizemos questão de introduzir quadros que ajudassem à compreensão do que realmente se passou durante este período e vamos continuar a fazê-lo e até melhorar a informação. Depois houve um conjunto de questões que aconteceram, ainda há pouco falou-se aqui de recursos humanos, nós fizemos 19 concursos em três meses para regularizar a situação dos trabalhadores que eram das Águas do Sado. Dezanove concursos em três meses! E fizemos mais 13 concursos para reforçar uma organização completamente depauperada pelas Águas do Sado que deixou sair 70 trabalhadores e não recrutou mais nenhum, deixando equipas de seis com dois trabalhadores.

Foi assim que trabalhamos com o esforço absolutamente notável dos trabalhadores, e no ano 2023 recrutámos 68 trabalhadores e saíram, entretanto, 10 por razões diversas ou por mobilidade, transferências, portanto, temos um saldo positivo de 58 trabalhadores e para o ano de 2024 temos um recrutamento de mais 35 e pensamos que estabiliza. É um processo complicado.

As instalações que recebemos eram abaixo do mínimo aceitável, aliás, os vários vereadores, quer do PS e do PSD, visitaram as instalações, eram uma vergonha. Tivemos que investir nas instalações, criar condições mínimas de salubridade nas instalações operárias ali da Avenida dos Ciprestes. Teve que se fazer esse esforço e teve de se encontrar, também, uma instalação digna para os serviços administrativos, técnicos, financeiros, etc., porque estavam ao colo uns dos outros, num espaço pequenino e com a maioria do pessoal em casa em teletrabalho por falta de espaço.

Num curto espaço de tempo foi um esforço brutal para resolver estes problemas e mesmo assim, conseguiu-se investir em quatro viaturas, duas já cá estão e as outras duas estão a chegar. Viaturas pesadas de recolha de lixo, duas retroescavadoras, várias outras viaturas de caixa aberta e vários outros equipamentos essenciais ao trabalho dos nossos trabalhadores, isso é investimento. E conseguiu-se lançar empreitadas no valor de 2 milhões e 800 mil numa organização que não sabia fazer concursos.

Tivemos que pedir ajuda, através da Câmara, e tivemos que pedir ajuda externa para elaborar os concursos, porque a equipa que veio das Águas do Sado não sabia fazer um concurso público. O que acontecia é que ligavam para a empresa, combinavam, viam o preço e a coisa seguia. Neste momento, estamos ainda na aprendizagem dos concursos pela nossa equipa, tivemos de recorrer a serviços externos e não houve forma de preparar esses trabalhadores, fomos proibidos de lidar com eles até ao dia em que iniciamos a gestão.

Os nossos trabalhadores que estão agora aqui e que vieram das Águas do Sado, sentaram-se no seu posto de trabalho no dia 19 de manhã. Nunca tinha visto aquilo. Abriram o computador novo, abriram o sistema novo e aprenderam ali a fazer.

Só para dar ideia do que é que andamos a tratar, do ponto de vista financeiro, ainda até ao final do ano de 2023. Andámos a parametrizar, porque não havia experiência anterior de parametrização daquilo que nós precisávamos que fosse feito nos sistemas informáticos e tivemos uma ajuda notável das empresas das áreas informáticas que fizeram, em curto espaço de tempo, em 3, 4 e 5 meses aquilo que fariam num ano. Foram notáveis também connosco, tiveram uma grande relação connosco e ajudaram-nos imenso.

Só para dizer que as condicionantes são essas todas, mas os resultados concretos são resultados muito interessantes. O deputado Mário Aranha no outro dia dizia que isto agora era um descalabro, os resultados... (gravação inaudível)

Até lhe disse que parecia que estava com saudades das Águas do Sado. Mas vejam os resultados, não referiu, deveria ter referido, os resultados, em termos de contabilidade patrimonial são 2 milhões e 900 mil euros. Isso, apesar de todo o investimento em viaturas e máquinas, apesar de todo o investimento em equipamentos, apesar do reforço de recursos humanos a um nível nunca antes existente, ao aumento, ainda bem, dos valores salariais dos nossos recursos humanos e isso além de termos reduzido a tarifa e introduzido a tarifa social que retirou nas receitas dos serviços 2 milhões e 800 mil euros. Nós estimámos em 2 milhões e meio, mas foram 2.800 mil euros.

Isso apesar de termos decidido limpar as foças gratuitamente quando pagam a tarifa de saneamento e até contrato da água, quando decidimos que fazer os ramais gratuitamente, que antes eram pagos, e quando decidimos que o saneamento não é pago pelos 100% do consumo de água, mas pelos 90% do consumo de água, são mais 3 milhões que deixamos de receber.

Imagine, deixamos de receber mais 3 milhões, fizemos tudo isto e tivemos este resultado fantástico. É má gestão? Tem de me dizer onde. Era bom que lesse com mais atenção o relatório, porque ele é muito expressivo.

Criou-se uma situação em que nós temos um resultado positivo na água, um resultado positivo fraquinho no saneamento e um resultado negativo nos resíduos, que vão ter sempre resultado negativo com a atual situação que temos, cobrimos esse resultado negativo e investimos 900 mil euros nos resíduos. Má gestão? Não sei. São opiniões, mas não são opiniões que tenham base material nos números, o melhor é olhar para os números com alguma atenção.

Quero ainda agradecer o esforço que foi feito conjuntamente para que os serviços pudessem encaminhar isso e espero que continue, porque há aqui uma questão que é decisiva e que este relatório não traduz completamente, traduz só parcialmente em relação aos resíduos, é que os serviços só funcionam com tarifa, não têm outra fonte de financiamento e a tarifa tem de dar para garantir a gestão e o funcionamento, garantir o investimento e garantir toda a sua atividade e a sua qualificação. É preciso ter em conta isto quando for a discussão das tarifas e ver o que é que estamos a falar, porque os serviços não conseguem funcionar. Consegiu-se, para já, colmatar isto e o que sobrou para investimento não foi assim muito, mas sobrou algum.

Em relação aos resíduos urbanos, os nossos Serviços Municipalizados só têm que fazer a recolha, transporte e entrega na AMARSUL, não tem que pagar o tratamento. Porquê? Porque o tratamento, quer de água, saneamento e quer dos resíduos é uma prerrogativa da Câmara e o contrato é obrigatoriamente feito entre a entidade em alta e a Câmara, depois a Câmara pode, havendo condições, ceder esse contrato a terceiros.

No caso concreto da água e saneamento, como a água e o saneamento produzem o suficiente para pagar o tratamento, a Câmara cedeu esse contrato aos serviços. Como os resíduos urbanos não produzem sequer dinheiro suficiente para a operação de recolha, transporte e entrega, a Câmara não entregou o tratamento aos Serviços Municipalizados e internalizou a Câmara esses custos que têm de ser avaliados em função das tarifas.

Foi aqui referido que os serviços tinham a responsabilidade das alterações climáticas, não temos mesmo, por amor de Deus, há muitas razões e não somos responsáveis por isso. Agora, temos é que olhar para a gestão da água de uma forma eficiente e estamos a tentar fazê-lo.

Duas questões que foram colocadas para não demorar mais tempo, a primeira tem que ver com as perdas de água, os custos, etc., o custo das perdas de água é o mesmo que tinha as Águas do Sado, não temos tempo de interromper, mesmo assim fizemos duas obras de grande envergadura em Azeitão que visaram substituir, aliás, vamos ter que substituir em Azeitão praticamente toda a rede, porque ela está toda uma desgraça, pior do que a de Setúbal que é mais velha 50 anos. Aquilo é muito mau e por alguma razão será.

Agora, a questão que se coloca é se a perda da água vinha já de trás? Não houve assim alteração sensível, mas os custos dessa perda de água, só para ter uma ideia, anda à volta dos 350 mil euros/ano, numa operação de mais de 10 milhões. Não é assim uma coisa do outro mundo, é mais uma questão social, mais uma questão ambiental e a água que está em profundidade, em rutura é infiltrada, vai por aí abaixo. Não é uma questão desse género, é mesmo uma questão social e uma questão de princípio. Para não gastar anualmente 350 mil euros, vamos ter que gastar muitos milhões, é preciso ter presente essa matéria, não estou aqui a dizer que não se deva fazer, mas é só para termos a dimensão desta realidade.

Em relação aos bio resíduos, o senhor deputado municipal, Setúbal foi o primeiro município a avançar para a recolha dos bio resíduos na região e é um dos municípios mais avançados nessa matéria. Há vários municípios, que você conhece melhor do que eu, que só este ano é que arrancaram e alguns nem arrancaram. Basta ler os dados da AMARSUL, pode procurar no site da AMARSUL, e está lá quem faz o quê e há quanto tempo faz e o que recolhe.

Nós temos feito um esforço tremendo nos bio resíduos, ainda não temos o resultado direto do investimento que fizemos, mas temos equipas no terreno e está a ser feito um grande trabalho no sentido de melhorar muito, mesmo muito, os bio resíduos, mas fomos dos primeiros a avançar, senão mesmo o primeiro a avançar com esta matéria.

Entretanto, introduzimos agora uma recolha específica na restauração, porta a porta na restauração, estamos a fazer um grande esforço nesse sentido e está a dar um resultado tremendo visto que retira os bio resíduos dos contentores públicos e os maus cheiros e as lavagens, o que altera bastante e vamos ampliar bastante esta linha. Vamos lançar durante o mês de maio uma nova linha de recolha de óleos alimentares com um sistema bastante bem estruturado com as Juntas de Freguesia e vamos caminhar para outras linhas que estão a ser lançadas neste momento e tem que ver com os compromissos que temos que resolver no quadro do PAPERSU.

Julgo que as opiniões são todas legítimas, mas quero dizer que não me parece que da leitura do relatório resulte má gestão financeira e má gestão operacional, até porque se conseguiu não criar qualquer perturbação, nem no abastecimento de água, nem na recolha dos resíduos.

Mário Aranha (PS) – O senhor vereador realmente gosta muito de pôr palavras na minha boca, não sei se está cansado ou se está distraído, ou se realmente confunde, porque ninguém aqui na nossa bancada referiu que tinha havido má gestão, aliás, se houvesse má gestão tínhamos referido e votávamos contra, não nos íamos abster.

Nós mostrámos aqui a nossa preocupação e alguns pontos que achamos críticos e que não foram endereçados no ano 2023. Obviamente não referiu o custo financeiro das perdas de água, se formos ver é um custo relativamente residual, mas a mim preocupa-me é quando sabemos que o país está em seca extrema, em que há necessidades tão grandes ao nível da água, incomoda-me um bocado que os nossos Serviços Municipalizados percam quatro piscinas olímpicas por dia, acho que é um problema grave e que tem de ser endereçado, sabemos que vai ter custos elevados, mas acho que é dinheiro bem investido.

Por outro lado, também, ficamos às vezes um pouco confusos, sabemos que embora a nossa Câmara seja liderada pelo PCP e pelos Verdes, que supostamente odeia a iniciativa privada, mas, neste momento, está muito apaixonado pela iniciativa privada, por isso é que privatizou o espaço público, em termos de estacionamento e agora também vai privatizar o parque de campismo do Outão. Fico um bocadinho baralhado, porque uma das razões pelo qual o Partido Socialista e o Partido Comunista e os Verdes quiseram que as águas revertissem para a esfera municipal é justamente os lucros excessivos que a concessionária tinha, os quais fossem revertidos para a população em tarifas mais baixas, em mais investimento e em melhor qualidade de serviço.

Obviamente, se eles tinham lucros tão grandes como se verificavam, eles, por exemplo, entregavam 4 milhões por ano limpos à Câmara em rendas, como ainda tinham também lucros significativos que entregavam ao acionista. Se tinham esse montante de *cash flow* que conseguiam libertar, uma das razões pela qual também nós nos debatemos é que esse *cash flow* não fosse entregue ao acionista, mas fosse revertido para benefício da população. É por isso que faz todo o sentido que bens públicos ou monopólios naturais sejam geridos por entidades públicas.

Obviamente que não referi má gestão e, portanto, os resultados que nós tivemos de 2 milhões de lucro são resultados normais e naturais, tendo em conta a entrega desses valores à população através de forma indireta.

Vanessa Silva (CDU) – O senhor eleito, Mário Aranha, disse várias vezes na sua intervenção que estava confuso, que não referiu má gestão, não disse má gestão com essas palavras, mas disse que havia ausência de planeamento, disse que não houve antecipação. Aliás, se não houvesse planeamento e antecipação não tinha sido possível uma operação destas com os benefícios evidentes para todos, sem prejuízos, porque ser sem prejuízo para a população uma operação deste tipo era já um benefício bruto.

Depois confusos ficamos ao ouvi-lo falar, porque fala desta idolatria pela iniciativa privada e foi o seu partido que privatizou a água em Setúbal e isto é que é altamente confuso, mas é confuso para vós, porque para nós não nos cria nenhum tipo de confusão, está claramente arrumado.

Ainda há pouco dizia que o meu camarada se referia ao passado, não, nós referimo-nos ao presente e ao futuro, porque, apesar de termos entrado neste processo com profunda humildade, uma vez que estamos a falar de água que nos abastece a todos, nós sentimos o peso da responsabilidade que é gerir este bem público, também foi com notável capacidade de execução que conseguimos chegar até aqui.

Aquilo que referiu há pouco já o demonstrou senhor vereador, e não vale a pena estar a repetir, porque tivemos todos a oportunidade de consultar os documentos, foi, de facto, aquilo que aconteceu, nós projetamos, com humildade executamos, encontramos dificuldades no caminho que procuramos ultrapassar e vamos procurar ultrapassar outras que certamente encontraremos. Ainda assim houve uma baixa da tarifa, ainda assim houve investimento e houve uma melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores que asseguram por administração direta um serviço deste tipo e investir neles é investir também nas populações. O conjunto de questões que lhe causaram confusão foram respondidas por si próprio e acho que aquilo que devemos é valorizar o facto de, neste momento histórico concreto em que estamos, termos corrigido um erro e termos devolvido a água pública a todos nós que somos munícipes de Setúbal. Acho que valorizar e dizer muito obrigado é algo que este processo merece.

Paulo Lopes (PS) – Depois da intervenção do senhor vereador Carlos Rabaçal, que traçou um cenário muito negro daquilo que foi o estado em que encontrou e as dificuldades da transição, que eu acompanhei de alguma forma, o senhor vereador tem que reconhecer, também, que os vereadores do Partido Socialista sempre estiveram disponíveis para tentar resolver todos os problemas que dependiam deles na reunião de Câmara. Houve, digamos, um pacto quase de regime para que isto tentasse correr o melhor possível pelas razões que a senhora deputada Vanessa disse aqui, isto é um bem fundamental, é um bem essencial e não podia haver falhas de maneira nenhuma.

Agora, também, é verdade que um dia ainda haveremos de saber por que razão a Câmara Municipal iniciou o processo de transição tão tardiamente. Ainda me lembro de vir à reunião de Câmara o parecer jurídico, pedido pela Câmara, solicitado pelo executivo do mandato anterior relativamente a um parecer sobre a prorrogação do prazo da concessão. Isso houve, é factual. Portanto, a Câmara Municipal, acho que acordou tarde para o problema, porque eventualmente até estava a pensar em prorrogar, quais as razões, não sei, mas ficámos todos com essa ideia.

Depois andou, naturalmente, a correr atrás do prejuízo, porque não foi nada fácil, temos consciência que não foi nada fácil, mas quem começou o processo de transição tardiamente foi o executivo, esta é a nossa interpretação, obviamente, que não é a concessionária que vai dizer que começam já a despachar as coisas. Hoje, sabemos também que a Câmara Municipal tem muitas razões de queixa das Águas do Sado, da concessionária, mas também sabemos que, durante mais de uma década, as Águas do Sado foram o principal mecenas da Câmara Municipal de Setúbal para tudo o que se fazia, do ponto de vista desportivo, etc. Nessa altura, estas queixas não eram tão evidentes, tal como não era evidente, também, os milhões que ainda hoje não se falou, mas que estão tratados contabilisticamente. Já vamos falar a seguir ao relatório de contas, que as Águas do Sado deixaram 24 milhões, se a memória não me falha, ou qualquer coisa assim do género. Perto de 29 milhões ou perto disso, que ainda há de ser resolvido de alguma forma, mas que a Câmara alega que tem direito a ser ressarcida.

Há aqui um trabalho que foi arcoliante, sem dúvida alguma, o meu camarada Mário Aranha reconheceu as dificuldades, mas também é verdade que quem estava no poder e tinha a obrigação de começar a fazer esta transição mais cedo para que ela pudesse ocorrer sem grandes problemas era o executivo da CDU.

Vereador Carlos Rabaçal – Rapidamente só quatro questões muito simples.

A primeira questão tem que ver com o arbitral, já que falaram nisto, o tribunal arbitral por causa da dívida, que são cerca de 30 milhões, nós acionámos a garantia bancária de 12 milhões e meio, há um diferencial aqui em litigação.

O arbitral já devia ter resolvido o problema, pediu uma prorrogação de mais tempo e andamos aqui a aguardar que devia ser um tribunal rápido e estamos a aguardar, vão ser ouvidas as testemunhas de um lado e do outro, um processo normal de um tribunal. Esta é a primeira questão, só para dizer que isto não está morto, é uma algo que está em andamento, vamos ver o que é que vai acontecer.

A segunda questão tem que ver com os 4 milhões líquidos que as Águas do Sado entregavam à Câmara para fazer obras, em princípio, só que pagávamos disso um milhão de água, ficando reduzido a 3, tínhamos 500 mil euros de despesas com as obras que fazíamos com a nossa equipa, estávamos com 2 e meio e 2 e meio não dá para fazer cantar um cego em relação à reabilitação disto tudo. Dizer que isto não é bem assim, só esse valor foi quase o que devolvemos aos municípios, para que não haja aqui confusão com essa matéria.

A terceira questão, não é verdade que as Águas do Sado tinham sido o principal mecenas da Câmara, por amor de Deus, nós tivemos mecenas que nos fizeram o Forte de Albarquel, que nos fizeram as rotundas, que nos fizeram “n” coisas, não é verdade. Terá sido, também, um mecenas.

Outra questão é que este processo, pelo menos com a minha participação, começou cinco anos antes do fim do contrato e já tinha começado com o vereador André Martins uns anos antes também, mais dois anos antes. É um processo muito longo, com muito estudo, com muita análise, com muita avaliação na medida do possível, com equipas muito competentes que acabaram por chegar a um ponto em que se verificou que a vantagem da gestão pública era inegável. Isso também teve de fazer o seu caminho, teve de ser tratado.

Última questão, uma referência à AMARSUL, os resíduos deram um valor negativo nos Serviços Municipalizados de mais de 1 milhão de euros e deram à Câmara um valor negativo de mais de 4 milhões de euros, isto é, mais de 5 milhões de euros negativos.

Creio que está na altura de, quer o PS e quer o PSD, acompanharem a CDU numa matéria que é a exigência da reversão da AMARSUL à esfera pública. Porquê? Porque o PSD privatizou, o PS renovou o contrato com a respetiva empresa. Hoje recebi uma notícia sobre a VALORLIS que está a movimentar-se e há vários movimentos a nível nacional contra estas concessões da EGF, não somos só nós, andam todos e neste momento na península. Os municípios do Partido Socialista estão completamente contra esta situação, uns falam mais alto, outros falam mais baixinho, mas têm estado nessa posição e nós também, municípios da CDU. A questão que se coloca, é que era necessário que PS, PSD, CDU e mais quem puder, que todos os partidos desta Assembleia se unissem para resolver este problema.

É um problema que está a liquidar a capacidade financeira de todas as câmaras, sem exceção, não é possível que as tarifas aumentem em poucos anos 300%, não é aceitável. É um problema que tem de ser resolvido e a experiência do regresso à esfera pública das águas vem revelar que há verbas e valores que podem ser utilizados para o bem público comum e que estão a ser drenados para o setor privado de uma forma e com fórmulas de cálculo completamente antieconómicas e que não fazem sentido nenhum, a não ser garantir dinheiro àquelas empresas e isso é fácil de demonstrar em qualquer parte.

Presidente da Mesa – Creio que se estivéssemos numa assembleia geral de uma empresa privada, era a hora de apresentar o voto de louvor à administração, mas aqui o voto de louvor é através dos votos.

Rui Lamim (PSD) – Fiz uma proposta que tinha a ver com o trabalho da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal para análise integral daquilo que é esta votação e gostaria que as outras forças se pronunciassem.

Presidente da Mesa – O senhor deputado fez uma proposta relativa aos trabalhos da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal que já tem a incumbência de acompanhar a transição de resíduos e da questão da AMARSUL, etc., nada obsta a que após a deliberação, se for aprovado este relatório, um documento que é público e que é um documento de trabalho da própria comissão que o faça.

Não está na ordem de trabalhos a aprovação de uma deliberação para dar uma nova incumbência a uma comissão da Assembleia. Não há entrave nenhum que este documento seja trabalhado na comissão no sentido em que estava a referir, continuar a avaliar e acompanhar a questão na área do ambiente com os resíduos.

A utilização deste relatório é perfeitamente um documento de trabalho da própria CABEA, como são os relatórios de Câmara, porque são documentos públicos que, uma vez aprovados, são documentos que podem ser usados para trabalhar.

Rui Lamim (PSD) – Completamente de acordo Sr. Presidente, eu só queria estabelecer um timing que tinha a ver, por questões de trabalho, com a nossa próxima reunião da Assembleia Municipal que será o Estado do Município.

Só por uma razão de organização de tempo, ter um relatório pronto para a próxima reunião da Assembleia Municipal sobre este assunto, porque como o senhor vereador bem aqui indicou nós temos aqui um documento relativo aos SMS e temos outro documento relativo à Câmara Municipal de Setúbal e ele referiu a interdependência daquilo que são os resíduos e com estas duas entidades e com a terceira a AMARSUL. É nesse sentido que era necessário ter uma visão global por serviços e que nos fosse apresentada na próxima assembleia extraordinária para que nós pudéssemos analisar de forma coerente. Só uma questão de alinhar trabalho.

Presidente da Mesa – Certo senhor deputado, tem sido prática que as reuniões das comissões de especialidade têm sido solicitadas para serem convocadas, têm-nas sido sempre, agora em relação ao timing a não ser que esteja a sugerir o adiamento da Assembleia sobre o Estado do Município. Se é ao contrário, então este relatório será aprovado agora, julgo eu, o relatório da Câmara idem, e a partir desta noite já têm os documentos disponíveis para começar a trabalhar.

Quando a coordenadora da Comissão entender pode pedir a convocação da reunião para começar a analisar e fazer os seus pareceres ou os relatórios.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 19 abstenções, 9 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

7. Deliberação n.º 034/2024/AM – Delib. CM n.º 283/2024 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2023


Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PPD/PSD, do CH, do BE e do PAN e o voto contra da IL justificado por não ter presente a certificação legal de contas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Vice-Presidente da Câmara – Fazer aqui uma intervenção em nome do executivo municipal.

A Prestação de Contas e a elaboração de relatórios financeiros no município seguem um conjunto de normas e regulamentos estabelecidos pela legislação local e pelas boas práticas contabilísticas.

A Prestação de Contas consiste na apresentação de informações financeiras e contabilísticas aos órgãos competentes, como a Assembleia Municipal e ao Tribunal de Contas.

Os relatórios e contas são elaborados para fornecer uma visão clara e transparente da situação financeira do município, bem como os resultados das suas atividades. Em 2023, o volume das receitas totais cobradas líquidas foi de 131 milhões e 700 mil euros, enquanto que o montante das despesas pagas foi de 117 milhões e 400 mil euros, ficando em saldo orçamental a diferença de 14 milhões e 300 mil euros, a qual reflete, principalmente, as entradas de adiantamentos dos financiamentos do PRR no montante de 13 milhões e 600 mil euros.



Muito embora se tenha verificado um aumento global da receita cobrada, esse crescimento foi sobretudo devido ao impulso verificado nas transferências de capital, reflexo da boa execução do PRR, pelo que a redução gradual nas receitas correntes arrecadadas indica uma tendência descendente dessas receitas, reflexo a médio prazo das deliberações tomadas na área da política fiscal municipal.

A diminuição da receita de impostos diretos em 3 milhões e 200 mil euros, em que se destaca a redução do IMT, foi reflexo de reembolsos relativos a anos transatos de processos objetos de benefícios fiscais. Somando a perda de 1 milhão e 700 mil euros na participação variável do IRS teremos uma perda de receitas correntes com origem fiscal em cerca de 5 milhões de euros. Por outro lado, as despesas totais pagas refletem a atividade desenvolvida ao longo do ano em apreço, destacando-se as despesas com pessoal no montante de 42 milhões e 800 mil euros, resultado da assunção das competências na área da educação, as quais por si só atingiram 7 milhões e 100 mil euros. Também ao nível da despesa se salienta o valor global das transferências de 16 milhões de euros, o qual inclui transferências no âmbito da delegação de competências na área da educação e ação social no valor de 2 milhões e 300 mil euros.

Outro aspeto particular, a acutilância e o montante das transferências para as juntas de freguesia, no âmbito da transferência de competências, um valor de 9 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 1 milhão e 300 mil euros em comparação com 2022.

O montante dos investimentos pagos em 2023 atingiu um valor de 14 milhões e 200 mil euros, importa referir que grande parte deles terão de ser executados até ao final de 2025, destacando-se, entre outros, os que dizem respeito à remodelação das habitações dos bairros municipais e ao alojamento temporário com um investimento global de 181 milhões de euros.

De referir, ainda, os investimentos na requalificação da EN 10-4 no montante global de 4 milhões e 700 mil euros no PRR acessibilidades 360, no valor de 1 milhão e 300 mil euros no PRR comunidades desfavorecidas, investimento que ascende a 7 milhões de euros nos bairros comerciais digitais com investimento previsto de 1 milhão e 400 mil euros e nas unidades de saúde familiares da Bela Vista no valor de 4 milhões de euros e do Bairro do Liceu no valor de 7 milhões e 500 mil euros.

A despesa relativa ao funcionamento de bens e serviços alcançou o montante de 26 milhões e 100 mil euros. Para lá da frieza dos números importa referir alguns aspetos que contribuem para aquilo que aqui acabo de relatar. Começo por falar da questão da habitação, que tem assumido um lugar central nas preocupações dos portugueses.

Na Câmara Municipal estamos a dar um contributo para minorar este problema, estamos a construir mais habitação nova, estamos a reabilitar as casas municipais arrendadas e que há muito deviam ter sido alvo de beneficiação. No conjunto e com o apoio de verbas do PRR vamos investir quase duas centenas de milhões de euros nestas operações.

Estamos a terminar projetos para lançar concursos para novas 500 habitações de iniciativa municipal, para serem colocadas em renda apoiada. O IHRU, em parceria com o município, tem 900 fogos de construção nova para colocar em renda acessível e a ACM, uma organização do terceiro setor, tem mais 80 fogos para colocar em renda acessível. A Câmara Municipal está a desenvolver um procedimento público para lançar no mercado a construção de 168 novos fogos para renda a custos controlados. É, também, neste domínio da habitação que estamos a construir um futuro melhor para quem quiser viver em Setúbal.

É o que fazemos em muitos outros domínios, desde o abastecimento de água e saneamento em que decidimos que o controlo deste serviço deveria regressar ao controle público depois de 25 anos de privatização decididos pelo Partido Socialista e com benefícios evidentes para os consumidores em redução de tarifas pagas. É o que estamos a fazer com um conjunto de obras e iniciativas que qualificam mais ainda a nossa cidade, o nosso concelho e que, de alguma forma já referi, é exemplo perfeito o novo centro escolar Barbosa do Bocage, em que vamos investir 5 milhões e 400 mil euros com o apoio dos fundos do PRR. É o que estamos a fazer com um conjunto muito importante de obras de requalificação urbanas, cujos concursos públicos já estão a decorrer.

Falo da requalificação da Avenida dos Ciprestes ou da nova Praça do Brasil, onde em março já foi instalada uma nova obra de arte pública.

Falo de um conjunto muito importante de obras de melhoria das acessibilidades em ruas estruturais do concelho, onde vamos investir um milhão de euros em vias, como as avenidas António Rodrigues Manito, Manuel Gamito, Guiné-Bissau, Manuel Maria Portela, Alexandre Herculano, 5 de Outubro ou nas ruas Major Magalhães Mexia, na Rua da Escola Técnica, Joaquim Brandão e Almeida Garrett.

Mas podemos, também, referir as obras de saneamento básico que estão a decorrer na zona da mourisca, que resolvem um problema de décadas, ou da requalificação da Estrada da Mitrena, uma obra de 4 milhões e 700 mil euros que beneficia bastante esta via muito importante de acesso a uma área do concelho que gera uma parte considerável do PIB nacional.

Porque não lembrar, também, a obra do novo Centro de Saúde de Azeitão que abriu as portas à população no dia 12 de fevereiro. Apesar da construção de centros de saúde ser uma responsabilidade do poder central, a autarquia garantiu o arranque e o acompanhamento desta obra, no âmbito de um acordo de cooperação celebrado com a ARSLVT, uma obra que representou um investimento municipal de mais de 1 milhão de euros, para além da cedência do terreno e que foi também da responsabilidade da Câmara Municipal.

E porque falamos de obras da responsabilidade do poder central, podemos também referir-nos à reabilitação do Convento de Jesus, cuja obra está na 3ª e última fase, tendo sido já anunciado que a inauguração da reinstalação do Museu de Setúbal acontecerá no próximo dia 15 de setembro, dia da Cidade e do Bocage. Embora se trate de um monumento nacional, foi a Câmara Municipal de Setúbal que assumiu esta responsabilidade e que fez com que a obra chegasse ao fim, como agora está a acontecer.

O momento em que se presta contas numa Câmara Municipal é necessariamente um tempo de balanço. O balanço das contas, mas também balanço do trabalho em curso, balanço do trabalho para o futuro. Importa por isso aqui trazeremos também estas notas e que importa ainda acrescentar outras apreciações mais gerais, mas que na realidade são também decorrentes em boa parte do trabalho da autarquia. Um trabalho que, nestes anos, tem feito do nosso concelho um espaço com enorme capacidade de atração para turistas, com um significativo crescimento das atividades ligadas a este setor, mas que também faz com que Setúbal seja um território bastante procurado por investidores em várias áreas.

Temos assistido a uma acrescida procura por parte de investidores na área do imobiliário, mas também das indústrias capazes de criar muitos milhares de postos de trabalho e alguns deles altamente qualificados. Apostámos nos últimos anos na qualificação da cidade e do concelho, na renovação e criação de novos equipamentos municipais e na atividade desportiva. Essa aposta tem produzido notáveis resultados que hoje fazem de Setúbal uma cidade e um concelho extraordinariamente ativo, quer na área cultural, quer na área desportiva.

Os setubalenses e azeitonenses deixaram, como faziam há bem pouco tempo, de se deslocar a Lisboa e a outras localidades para consumirem cultura. Hoje, a cultura está na porta do renovado Fórum Luísa Todí, na Casa da Cultura, na Gráfica, no Museu de Trabalho ou no renovado Convento de Jesus. Os turistas têm espaços de acolhimento qualificados na Casa do Turismo, na Casa da Baía e no Eco Parque do Outão.

Os acessos às praias foram regularizados e trabalha-se ativamente para se continuar a fazer da Arrábida um território ambientalmente respeitado e cada vez mais valorizado. Muitas das velhas heranças que nos foram deixadas em testamento, algumas delas verdadeiras dívidas eternas, estão a ser ultrapassadas.

Temos uma cidade moderna que atrai cada vez mais gente, que atrai indústria de ponta, que atrai quadros altamente qualificados e se isto acontece é porque na Câmara Municipal temos criado condições para tal, fazendo de Setúbal, finalmente, uma verdadeira capital, depois de anos decisivos em que o marasmo e o desleixo imperaram.

Termino, então, com duas ou três notas essenciais.

Apesar de todas as dificuldades financeiras que temos enfrentado, motivadas por uma inflação galopante, altas taxas de juro e permanente subida de preços, bem como pelo corte significativo de receitas fiscais, impostos pelos partidos da oposição, continuamos a apoiar as famílias e continuamos a apoiar o Movimento Associativo, procurando aliviar o peso do custo de vida.

Apesar do défice resultante de uma transferência de competências mal concebida e deficientemente financiada na área da educação, défice que em dois anos já vai em 3 milhões de euros, continuamos a trabalhar ativamente para melhorar as condições em que o processo educativo se desenvolve no nosso concelho.

Apesar de todas estas dificuldades continuamos a fazer obra pública com recurso a fundos comunitários e empréstimos bancários, continuamos a fazer mais Setúbal, porque foi esse o nosso compromisso e que estamos a cumprir.

Rui Lamim (PSD) – Há duas formas de analisar as contas, há duas vertentes, podemos ver se as contas estão corretas e fazer uma análise política acerca daquilo que são essas mesmas contas, que no final, se as contas estiverem corretas reflete a atividade do município.

O Revisor Oficial de Contas faz alguns comentários, nós achamos que as contas estão corretas, tirando um ponto que achamos que merecia explicitação e que tem a ver com o acréscimo de 5,8 milhões de imparidades em clientes e gostaríamos de ver esse valor esmiuçado. No entanto, numa análise política daquilo que é o resultado da atividade da gestão CDU, a gestão CDU prometeu uma coisa e entrega outra e isto é fácil de ver naquilo que é a execução orçamental. A execução orçamental que aqui foi referida é de 66% nas receitas, isto é, promete-se angariar um volume de dinheiro e recebe-se apenas 66%.

Há uma referência do ROC relativamente a este assunto, é um alerta que tem a ver com uma certa referência que eles lá têm, e bem, porque empolar as receitas, que foi o que a CDU fez no início do ano, implica ter a maior capacidade de endividamento ou ter uma capacidade de pagar o endividamento já conseguido e ele não se justifica, porque as receitas são apenas 66% e, comparado com o ano passado, este valor é inferior.

É bom que a CDU se habitue que o orçamento é para cumprir numa execução orçamental bem superior a estes valores, porque estes valores não são aceitáveis. Na despesa corrente a mesma coisa, a despesa corrente foi apenas 59%. Estes valores têm de ser melhorados, mas há outros valores que aqui nos levantam alertas e críticas à gestão da CDU, nomeadamente naquilo que diz respeito aos pagamentos em atraso. Se em 2022 os pagamentos em atraso eram 2 milhões e duzentos, em 2023 são 2 milhões 995, quase 3 milhões. Os pagamentos em atraso estão a aumentar, o que não é de todo simpático e há muita gente que deve estar aflita, porque necessita de receber da Câmara.

Tudo isto envolve que na demonstração de resultados, o resultado líquido em 2022 era de -8 milhões, esse resultado líquido no ano 2023 é de -18 milhões, portanto, o caminho não é bom. De qualquer forma, há aqui um ponto importante que convém salientar, que é um fenómeno de má gestão e que tem a ver com os fluxos de caixa. Os fluxos de caixa são positivos, é uma variação anual positiva, só que esses fluxos de caixa são positivos por via do financiamento que é superior àquilo que é investido. No final de contas isto é um reflexo de má gestão, anda esta Câmara a financiar-se para despesas correntes e não para despesas de investimento. Isto faz-nos lembrar aquela conversa que nós tivemos na última reunião acerca da contratação do empréstimo para o conjunto de obras de Azeitão.

Muita atenção a isto, nós temos de adequar a Câmara ou o município tem de adequar aquilo que é o volume de empréstimos ou o seu fim e não pode continuar numa de viver à custa de financiamento e apresentar no final um resultado líquido de -18 milhões e com os pagamentos em atraso de 3 milhões. A situação não é boa, este não era o nosso programa para a cidade, era o programa da CDU e foi assim gerido e continua esta cidade com alguns investimentos em carteira que não são reprodutivos e com embrulhos para resolver.

Os investimentos não reprodutivos, parados, volto a recordar, são o IMAPARK, a Praça de Touros e temos este embrulho para responder e para descalçar, que foi criada em mandatos passados, mas também da responsabilidade da CDU, que tem a ver com o contrato de estacionamento.

Há muito por resolver e se a CDU vem com intenções de pedir investimentos vultuosos para mais coisas que possam ser semelhantes a este tipo de situação, poderão ter a certeza que o PSD não alinhará nesta lógica de financiamento para a gestão corrente ou para investimentos que não são reprodutivos e não são úteis para esta cidade de Setúbal.

Flávio lança (IL) – Tenho ouvido aqui falar de transparência, de rigor de processos, mas tenho que começar esta minha intervenção com uma questão, devemos aprovar contas que ainda enfrentam sérias reservas do revisor oficial de contas?

A aprovação das contas nas condições atuais não se coaduna com os princípios de transparência, rigor e responsabilidade que devem nortear a gestão dos fundos públicos.

A Iniciativa Liberal irá votar contra a aprovação destas contas por considerar que existe uma necessidade urgente de revisão e correção das mesmas, garantindo que as futuras prestações de contas sejam apresentadas de forma precisa, livre de reservas significativas e refletindo com rigor a situação financeira do Município de Setúbal.

Passo a explicitar que não é aceitável aprovar as contas quando, primeiro, são apontadas falhas no reconhecimento e mensuração de ativos, isto significa que a inadequação dos procedimentos para o reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis compromete a precisão do património líquido reportado.

Em segundo lugar, são também apontados erros na avaliação de investimento e resultados. A não aplicação do método de equivalência patrimonial na avaliação dos Serviços Municipalizados resulta numa subavaliação significativa dos investimentos e dos resultados do exercício e uma sobrevalorização dos capitais próprios.

Por fim, são apontadas inconsistências nas contas de terceiros. Existem divergências significativas entre as contas de terceiros e as contabilidades financeira e orçamental sem possibilidade de reconciliação, refletindo incertezas sobre a gestão financeira, efetiva e a liquidez do município. Isto consta no relatório do revisor oficial de contas.

A Iniciativa Liberal acredita firmemente que uma gestão financeira sólida e transparente é fundamental para a confiança pública e o desenvolvimento efetivo do nosso município, assim, a Iniciativa Liberal insta que sejam adotadas medidas corretivas imediatamente para endereçar as questões levantadas pelo revisor oficial de contas e que estas contas sejam novamente apresentadas para aprovação.

Com estas sérias reservas apresentadas, não podemos aprovar estas contas e iremos votar contra.

Eunice Pratas (PS) – Tenho uma questão para a Sra. Vice-Presidente da Câmara de Setúbal, que falou sobre a construção de habitação pública. Quais serão as localizações e quantas habitações serão, em princípio?

Em relação ao que foi dito de serem transferidos para as freguesias, em 2023, cerca de 9 milhões e 300 mil euros, fico um bocadinho desagradada de perceber que, apesar dessa maior transferência de mais de 9 milhões e 300 mil euros, ainda não notámos melhorias significativas e ainda temos espaços verdes abandonados, passeios com buracos e ervas daninhas.

No Vale do Cobro, ainda esta semana, foi reportado que o ringue para a prática desportiva informal para os jovens e crianças que está completamente destruído. Outras freguesias têm uma resposta deficitária de espaços para a prática desportiva informal, ausentes ou completamente deficitária.

Não sei se será uma má gestão ou se é apenas uma visão deficitária do investimento que deve ser feito nas nossas freguesias e conseguimos ver que as freguesias da periferia estão mais prejudicadas do que as denominadas centro da cidade.

Foi, também, com espanto quando vi neste documento que uma promessa eleitoral que é feita há cerca de oito anos pela CDU, que é o Parque Verde na Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, só agora, neste documento, é que aparece um empréstimo para ser pago a 20 anos para a construção do mesmo.

Afonso Luz (CDU) – Antes de mais, sobre uma referência que aqui vem sendo feita variadíssimas vezes.

Referir que a alternativa ou as alternativas à aquisição pela Câmara Municipal da Praça de Touros e do IMAPARK era a apropriação pela especulação imobiliária daqueles imóveis. Se a Câmara não se tivesse atravessado neste processo, hoje não existiria provavelmente Praça de Touros e os terrenos do IMAPARK estariam ocupados por edifícios ou outra coisa qualquer para pura especulação. É claro que ainda não houve condições para o transformar noutra coisa, mas lá chegaremos, tenham calma.

Sobre a Prestação de Contas de 2023, importa referir que estamos a apreciar as contas de um ano que, mais uma vez e de forma mais evidente, se fizeram sentir os efeitos da imposição pelo Governo de responsabilidades ao município sem a apropriada transferência de meios. Esta situação devia preocupar-nos e muito a todos, porque a não ser invertida se tornará insustentável e não só para o Município de Setúbal.

É por demais evidente neste relatório que as receitas das transferências da Administração Central relacionadas com as transferências de competências na educação e ação social, incluindo também aqui a participação do município no IVA, aumentaram relativamente a 2022 apenas 1,6 milhões de euros, enquanto só falando das despesas com pessoal estas aumentaram 3,3 milhões, fruto da grande quantidade de trabalhadores que passaram da Administração Central para o Município, acrescido, naturalmente, dos encargos com aumentos salariais provenientes de evoluções nas carreiras e de alterações das tabelas de vencimentos da função pública.

Só estamos aqui a falar da diferença entre o que a Administração Central paga e o acréscimo de encargos com pessoal, porque falta tudo o resto, mais consumíveis, mais encargos com conservação de equipamentos e de edifícios, maiores necessidades de investimento dado o estado de degradação de muitas das instalações herdadas e a necessidade de passar a prestar serviços em melhores condições.

Tudo isto marca, em definitivo, aquilo que foi o exercício de 2023 e que está refletido nas contas e no relatório que nos são apresentados.

Já não falando que 2023 foi, também, um ano ainda marcado pelos efeitos da inflação, com aumentos generalizados de custo dos bens, dos serviços e de juros. Igualmente um ano marcado por decisões irresponsáveis aqui tomadas pela oposição, da redução drástica de receitas de IMI e da parte variável do IRS com o argumento de que era necessário aliviar as finanças dos setubalenses e azeitonenses. Duvida-se que alguém tenha sentido no seu bolso algum alívio, pelo menos relevante, provocado por estas medidas, já para a Câmara Municipal podemos ver os seus efeitos.

Quanto à baixa da taxa do IMI, a perda de receita registada em 2022 de 2 milhões de euros, repetiu-se, sensivelmente, em 2023 e no que respeita ao IRS regista-se uma redução da receita de 1,7 milhões relativamente a 2022 e tudo isto com reflexo nas contas do município e no agravamento de uma situação financeira que, desde 2002, vinha caminhando para o equilíbrio.

A alternativa a tudo isto, é deixar de se efetuar investimentos que há muito são reclamados, e bem, pelas populações, ou deixar cair de degradação alguns edifícios emblemáticos do concelho, como chegámos a ouvir nesta assembleia e que foi defendido no mandato anterior, por parte de uma deputada do PS, relativamente ao Convento de Jesus ou então deixar de prestar serviços de qualidade aos munícipes ou, ainda, deixar que o concelho deixe de ter a atratividade que ganhou com a gestão CDU, para quem nos visita e para quem aqui deseja investir, ou deixando de apoiar como se apoiam as coletividades e os munícipes com menos recursos.

A CDU não irá por aí, continuaremos até ao final do mandato, dentro das limitações que nos impõem, a cumprir o melhor que nos for possível o programa com que nos apresentamos a eleições, não permitindo o retrocesso que muitos desejam para o concelho, para poderem perto das eleições virem prometer aquilo que não vão conseguir cumprir e quem sabe levar novamente a Câmara Municipal à falência.

Por outro lado, assinala-se que sobre estas contas o revisor oficial, que já aqui foi referido, emitiu a certificação legal colocando algumas reservas, duas delas idênticas às de anos anteriores, as que se referem à impossibilidade de confirmar a mensuração de certos ativos e o facto de existirem divergências entre as aplicações informáticas de terceiros e da contabilidade.

Sobre esta questão da mensuração de ativos e que aqui foi referida pela Iniciativa Liberal, isto trata-se de uma questão muitíssimo complexa e que em praticamente todos os municípios surge uma reserva, porque, de facto, não há forma de conseguir mostrar a evidência ao revisor oficial de contas de qual o valor daqueles ativos.

Outras duas reservas, referem que, no seu entendimento, uma correção relativa à atividade dos Serviços Municipalizados provocaria um aumento dos resultados apresentados em 2,9 milhões de euros e outra correção relacionada com as contas com o IHRU implicariam uma redução de resultados 919 mil euros.

Assim, poderemos dizer que, no entender do revisor oficial de contas, o resultado económico do exercício deveria ser superior em 1,9 milhões de euros, mas o revisor oficial de contas, no seu relatório, apesar disto garante mais uma vez que as demonstrações financeiras refletem a realidade e se encontram formal e legalmente corretas, não tendo identificado incorreções materiais.

A execução orçamental de 2023, não poderia deixar de refletir as dificuldades que já aponte. Registou-se uma taxa de execução de receita de 66% e uma taxa de execução da despesa de 59%, o que estando longe do desejável representa, ainda assim, valores superiores àqueles a que estávamos habituados antes de 2002. Outro reflexo de tudo surge no passivo exigível da Câmara Municipal, entendido como a soma de dívidas à banca, aos fornecedores e ao Estado, que comparativamente ao exercício de 2022 aumentou em cerca de 1,6 milhões de euros. Temos de se recordar que, só em 2022, este passivo tinha sido reduzido em 17 milhões, antes das reduções do IMI e do IRS, antes de assunção destas novas transferências de competências.

Em 2023, apesar de ter sido reduzida a dívida à banca em 4,5 milhões de euros, a dívida a fornecedores aumentou 5,9 milhões, o que é, de facto, preocupante. Como não poderia deixar de ser, neste quadro, os pagamentos em atraso que em 2022 tinham registado uma enorme redução de 1,2 milhões de euros face a 2021, inverteram a tendência de há vários anos e voltaram a aumentar 805 mil euros. Recordo que entre 2019 e 2022, em quatro anos, a Câmara tinha conseguido reduzir o valor destes atrasos em 50%, o caminho vinha sendo feito com grande consistência e esse caminho só poderá regressar se existir responsabilidade por parte de todos os que se sentam nesta Assembleia.

Constata-se, igualmente, que a Câmara Municipal manteve em 2023 um constante e importante investimento no cumprimento dos eixos estratégicos que definiu para o mandato. Investimentos que sempre que possível são alvo de candidaturas a apoios financeiros, no âmbito de diversos programas de apoio, enquanto prática de boa gestão, mas alguns deles também continuando a utilizar verbas do município e, portanto, dos munícipes setubalenses para realizar obras que competiam ao Governo, mas para as quais durante anos e anos nunca tem havido disponibilidade.

Tudo isto foi realizado contando sempre com a colaboração inexecedível dos trabalhadores da autarquia e com o apoio da população, assim como com a participação das Juntas de Freguesia num processo sério de transferência de competências. Sério, porque foi acompanhado dos correspondentes meios e que é um exemplo para muitas outras autarquias.

Por tudo isto a bancada da CDU irá votar favoravelmente os documentos de prestação de contas de 2023.

Mário Aranha (PS) – A Prestação de Contas e o Orçamento, infelizmente, transformaram-se nos dois dos momentos mais baixos, mais tristes e deprimentes para qualquer autarca do nosso concelho.

Pensam que estou a exagerar, mas o investimento em 2023 cifrou-se num número extremamente baixo, diria que ridículo de 15 milhões de euros. Só para termos uma noção, as amortizações do imobilizado são cerca de 13 milhões, ou seja, o investimento líquido foi apenas de 2 milhões de euros, o que quer dizer que o investimento no nosso concelho, feito pela Câmara Municipal, é tão baixo que já mal dá para repor ou para manter o que existe. Ora, numa cidade que quer ser a capital do futuro e numa cidade e num concelho com um potencial como o nosso tem, desculpem a expressão, é “de pôr os cabelos em pé” e é bastante preocupante, diria, quase revoltante.

Em conjugação, como disse do orçamento, a Prestação de Contas corrobora tudo aquilo que a nossa bancada tem referido, o orçamento é fantasioso, é atirar promessas que nunca são cumpridas e mais uma vez isso se verifica, porque só 39% de despesa de investimento é que foi executada. Isto é um valor que nem vou tecer mais comentários negativos para não querer ofender, até porque todos nós queremos o melhor para o nosso concelho.

Referir que apenas 12,82% do total da despesa da Câmara foi investimento, ou seja, uma Câmara Municipal que nos seus objetivos principais é ser uma máquina de investimento local, neste momento, a nossa Câmara transformou-se numa máquina de gastar dinheiro e numa comissão de festas, porque apenas 12,82% dos seus recursos são investidos.

Só para termos aqui uma referência, o Barreiro, que é uma Câmara que fica aqui próxima, consegue investir 25% das suas receitas, de tal forma que o nível de investimento, por exemplo, que a Câmara do Barreiro tem até já é superior ao de Setúbal, sendo uma Câmara Municipal com metade das receitas e com muito menos população. Obviamente, que o Barreiro e as outras câmaras municipais enfrentam, exatamente, os mesmos problemas, as mesmas limitações e até algumas situações mais complicadas, como foi a transferência.

O que é certo é que os outros concelhos conseguem, apesar dessas limitações, investir, crescer e o nosso não. O que isto indica é que, de facto, por muita propaganda que haja, todas as evidências demonstram que o nosso concelho não entrou numa situação de estagnação, mas está numa situação de retrocesso e decadência.

Não vou fazer referências àquilo que todos os dias, parece ser agora um dos passatempos favoritos dos cidadãos de Setúbal, desde os buracos, desde as ervas daninhas, porque passam meses e anos que não são reparados, basta ver nas redes sociais. Neste momento, já nem nessas funções básicas as nossas edilidades conseguem cumprir.

Nós que estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, pus-me a refletir um bocadinho sobre que cidade estamos a oferecer aos jovens, principalmente aos jovens da geração Z, que nasceram depois do ano 2000. De facto, é uma cidade que começa a ter um caminho muito pouco atrativo, ou seja, nem se quer tem coisas básicas como, por exemplo, ringues para poderem jogar à bola com os seus amigos, para jogarem basquete 3 contra 3. Por exemplo, o Slow J, um Rapper famoso em Portugal, e se os nossos jovens quiserem vê-lo têm de ir ao Pavilhão Atlântico, porque em Setúbal só se for na rua em situações com muito poucas condições.

Em termos de habitação a custos controlados, habitação em renda acessível, renda apoiada, em 2023 os únicos tijolos que foram construídos, foram tijolos de lego, porque tijolos reais nem um, mais uma vez. Quando se fala que Setúbal é um concelho atrativo para o investimento privado, o que tenho a dizer é que o que procuramos é ter empresas unicórnio, empresas centauros, empresas gazelas, mas aqui o nosso executivo arranjou um novo tipo de empresas, as empresas gambozino, ou seja, são empresas que só existem na imaginação do nosso Presidente de Câmara e dos respetivos vereadores, porque essas empresas não existem.

Julgo que a situação que estamos a enfrentar é mesmo uma situação já de alguma gravidade, este nível de investimento é mesmo, mesmo, mesmo muito baixo e nós até consideramos que, como já referi, começa a ser já uma deturpação do que é a atividade autárquica, inclusivamente de uma política autárquica de esquerda e desenvolvimentista. Só para termos uma noção, em 2023 a nossa Câmara gastou 322 mil euros por dia, 13.416 euros por hora. Vou voltar a repetir estes números, para que lá em casa percebam o que é que nós estamos aqui a falar, 322 mil euros por dia, 13.416 euros por hora.

Em termos de receitas, meios não faltaram, a Câmara teve 345 mil euros de receita por dia, 14.375 euros por hora. Não tem sido por falta de meios que não se faz obra e, de facto, isto é uma situação que não pode continuar, uma câmara que gasta 13.416 euros por hora e aquilo que tem para oferecer à cidade, por exemplo, é o último pavilhão que foi construído em 2008 e em vez de termos um parque verde na Várzea, temos um pântano. Esta situação não pode continuar e traz-nos aqui grandes preocupações.

Fazer aqui um pequeno parêntesis, nós convidamos, o atual Presidente de Câmara, que na altura era Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e a antiga Presidente da Câmara, que agora está desocupada, Maria das Dores Meira para fazerem um circuito turístico que pode ser atrativo, que são as ruínas mais caras do país, 5 milhões de euros gastos no IMAPARK, 2 milhões de euros na Praça de Touros, 1,5 milhões no Clube de Oficiais. Isto pode ser atrativo fazer esta tournée turística às três ruínas mais caras do país. É isto que a CDU tem para nos oferecer, mas nós, Partido Socialista, para além daquilo que temos referido, as nossas preocupações e a avaliação extremamente negativa, obviamente, que temos aqui uma posição construtiva.

Relativamente a estes três investimentos, nós votamos a favor, porque queríamos rentabilizar, queríamos que isso estivesse ao serviço na cidade. Vamos supor que não tinham sido decididos estes três investimentos, só para termos aqui uma referência, se tivessem sido construídas entre 40 a 50 casas de habitação acessível, para os jovens, para a classe média, os últimos números do IHRU referem que a renda para um T2, que é a casa média em Portugal, são cerca de 635 euros por mês. Ora, se a Câmara tivesse 250 casas neste regime tinha mais de 1 milhão e 900 mil euros de receitas por ano. Ou seja, em vez de termos



aqui um investimento que pode trazer benefícios para a população, mas como temos um problema de habitação, ainda trazia receitas extra para a Câmara. Estes 1 milhão e 900 mil euros podiam ser reinvestidos em mais habitação, ou noutros projetos de relevância.

Está aqui a diferença entre aquilo que é a gestão CDU e o que é a gestão PS, porque todas estas recomendações, tudo isto que estamos a referir é uma luta nossa desde há muitos anos e nós defendemos este tipo de alternativa. Obviamente, e digo isto com alguma tristeza e mágoa, temos de votar contra esta Prestação de Contas, porque isto é mesmo um pesadelo.

Luís Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Pedi a palavra tão e somente para rebater e fazer aqui o contraditório à bancada do Partido Socialista relativo à política de desinvestimento e de mau trato que a CDU tem dado, quer na Câmara Municipal, quer na Freguesia de São Sebastião.

Embora a magnífica veia poética e metafórica do senhor membro eleito, Mário Aranha, com a qual já nos habituou, será mais do mesmo, nada de estranhar, mas rebater aqui e fazer o contraditório perante as evidências mais que prementes e esclarecedoras relativas à urbanização de Vale de Cobro. Ora bem, quando aqui a CDU é criticada por desinvestir no plano desportivo, na criação de equipamentos desportivos, dou-lhe aqui um exemplo da Urbanização de Vale de Cobro, na última década foram criados ali dois equipamentos desportivos, três neste caso, três e um equipamento lúdico que foi desmontado por uma das ocasiões e realocado 20 metros mais ao lado. À esquerda, à direita, para a frente ou para trás, mas foi desmontado, foi subtraído este espaço, este brinquedo por manifesta e repetidos atos de vandalismo.

Foram investidos e bem, reposicionamentos, recolocações, remontagens daquele equipamento útil para aquelas crianças, onde os pais brincavam naquele espaço verde com as crianças e por atos contínuos de vandalismo teve de ser subtraído. Não por falta de manutenção, mas porque foram ali investidos, não são gastos, porque o gasto e investimento de dinheiro público tem de ser muito bem aplicado e nunca é demais com as nossas crianças e com os nossos jovens, mas ali revelou-se ser infrutífero, não foi com a anuência, mas com o encolher de ombros dos próprios pais e encarregados de educação, porque acharam que não valia a pena estarem ali a continuar a gastar dinheiro e investir quando são repetidamente vandalizados. Estavam literalmente partidos. Aí sim, consigo talvez entender as palavras da sua colega de bancada que disse que o espaço estava completamente degradado e até perguntei aqui se disse degradado ou destruído. Destruído estava e foi subtraído. Estão ali três espaços que foram construídos, dois campos, um deles de basquetebol 3 por 3, que têm mais ou menos dois anos de terem sido inaugurados, um espaço que estava totalmente desqualificado e têm o desplante de virem aqui dizer a todos que nunca foram criados ali espaços. Dou-lhe o exemplo, três, dois de basquetebol de 3 para 3 infantil e sénior e um espaço, esse sim que, devido ao seu uso e a um uso intensivo pelos nossos jovens da freguesia do nosso concelho e alguns que vêm de fora, de um relvado sintético que precisa de manutenção.

Hoje, como é nossa política de uma relação de proximidade que temos com os nossos concidadãos fregueses e munícipes, numa das muitas reuniões que temos descentralizadas no terreno com os moradores do Vale do Cobro, tivemos a oportunidade de testemunhar apontamentos que precisam de ser melhorados, como é óbvio, com os contributos de quem lá mora e muito bem e outros nem por isso. Até fomos bastante elogiados com o trabalho que tem sido feito, nomeadamente, com a criação daqueles dois ringues de basquetebol 3 para 3 e uma pista de atletismo, curta, mas foi o que estava ali enquadrado. Um espaço totalmente desqualificado, aí trata-se sim de investimento. Quando falamos que há décadas e décadas que não se constroem espaços desportivos, aqui estão três exemplos numa relação estreita de proximidade.

O único espaço que precisa de clara manutenção é o piso do relvado sintético de Vale de Cobro, esse sim precisa de ser reparado, mantido e dar continuidade, porque tem muita procura e tem bastante uso.

Esta é a nossa forma de estar, é a nossa forma de pensar e passo aqui a minha veia pouco poética, mas é a melhor forma que tenho de expressar e de esclarecer, embora muitas vezes possa ser menos bem interpretado, mas estas são as evidências e ainda hoje lá estivemos e damos o peito às balas, estamos lá, falamos com os moradores, colhemos sugestões, colhemos contributos, voltamos a reunir e estamos lá.

Vítor Rosa (BE) – Segundo a análise do ROC, a taxa de execução de receita é de 66,05%. Estamos a analisar e o que é interessante é que o IMI representa 47% do total desta receita, ou seja, afinal o IMI de que se fala e que possa parecer em termos de campanha por parte da CDU pouco no bolso dos cidadãos setubalenses, mas o que é certo é que ele continua a ter um peso e que, na nossa ótica, ainda pode ser melhorado em termos de decréscimo da receita do IMI.

Curioso notar, que mesmo com uma taxa de execução de receita inferior ao limite dos 85% referidos no artigo 56 da Lei 73/2013, a referência do ROC, e com -1,7 milhões da participação variável do IRS, o município teve um acréscimo da receita em 4% face a 2022, um valor de 7,9 milhões. Se em relação à receita, estes são dados que permitem no mínimo identificar, a grosso modo, estes valores da receita, em relação à despesa a taxa de execução global foi de 59%, o que nos remete para uma apreciação global deste relatório de Prestação de Contas com bastantes reservas.

Assistimos a uma taxa de execução do Orçamento, entre 2021 e 2023, em decréscimo, o que nos preocupa face à necessidade de desenvolvimento do nosso concelho e aquilo que nos distancia quanto aos objetivos estratégicos anunciados e à sua realização efetiva.

Vemos com apreensão uma estagnação a meio do mandato, o que nos preocupa e deve preocupar a todos os setubalenses e azeitonenses. Por muitos anúncios que sejam feitos eles chocam com a realidade da sua execução prática que demora em se ver no terreno. Os que se vêm hoje são projetos com mais de dois anos que vieram de anteriores mandatos e, portanto, estão aí na sua maioria a serem executados agora, mas vieram do passado.

Deixamos, também, as nossas preocupações com o aumento da dívida, as atuais taxas de juro que não dão o descanso necessário para o futuro, o que pode trazer algumas surpresas desagradáveis. Valorizamos, contudo, a resposta nas despesas sociais, mesmo assim podem ser reforçadas novamente, valorizamos a aposta na estratégia local de habitação e esperamos a sua concretização, mais do que os anúncios em outdoors, mas não é o suficiente para aprovarmos este documento, pelo que nos vamos abster.

Flávio lança (IL) – Estava a ouvir aqui com toda a atenção a intervenção do senhor deputado da CDU, numa tentativa de desvalorizar o trabalho do revisor oficial de contas. Li o documento com toda a atenção e em nenhum local vi escrito que o revisor oficial de contas aprovava às contas sem qualquer ênfase ou reservas, até porque estão lá as ênfases e as reservas, quer dizer que as contas não estão totalmente coerentes. Valorizar o trabalho do ROC, não serve só para nós pagarmos uma fatura, é aproveitar esse trabalho, porque qualquer contabilista, qualquer entidade pode, efetivamente, cometer lapsos e não ter as contas como deve ser. O trabalho do ROC serve precisamente, antes de as aprovar, para fazer essas correções, mas parece que aqui não há qualquer intenção de fazer, é só anexar, pagar a fatura e temos um trabalho do ROC.

Relembro a importância disto, é que cada vez que estamos aqui a aprovar empréstimos, esses empréstimos têm por base essas contas que nos vão dar qual é que é o montante máximo que o município se pode financiar e isto não é de todo irrelevante e quero só deixar aqui esta nota.

Afonso Luz (CDU) – O parecer que eu tenho aqui na minha mão do revisor oficial de contas diz, que face ao anteriormente exposto, o revisor oficial de contas é de parecer que os documentos de Prestação de Contas do Município de Setúbal referente ao exercício de 2023, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis e incluindo o que se encontra mencionado na certificação legal de contas. É o que ele aqui diz no final do parecer.

O deputado Mário Aranha brinda-nos sempre aqui, de facto, com uma visão de um concelho que só ele e se calhar muito poucos conseguem ver.

Na intervenção que fiz, talvez por ser um pouco extensa, não consegui passar toda a mensagem, mas digo em determinada altura que os investimentos, até numa prática de boa gestão, que a Câmara realiza são normalmente apoiados por fundos comunitários e por outros apoios, apesar de alguma vez, se ter de atravessar e ir sozinho a jogo.

O senhor deputado, sei que profissionalmente é desta área, confunde as despesas de investimento realizadas pelo município com o investimento realizado. Uma coisa é aquilo que é a comparticipação da Câmara nos investimentos que realiza, outra coisa é o valor daquilo que efetivamente realiza. Se quisesse ir um bocadinho mais à frente, se calhar não leu o documento todo que também é muito extenso, na página 101, se quiser fazer o favor de ir verificar, está o ativo fixo tangível da Câmara Municipal, em que diz que compras, adições em 2023 foram de 93,6 milhões de euros e não os 15 milhões que referiu.

Ó, ó, estas é que são as contas. O aumento dos ativos fixos da Câmara Municipal em 2023 foi de 93,6 milhões de euros e estão cá descritos nos investimentos onde é que se realizaram. Quando se refere aí aos 15 milhões, é porque olhou só para a execução orçamental das despesas de investimento e foi o que viu e foi por aí que quis ir. Estamos a falar de quase 100 milhões e não dos 15 milhões que aqui referiu. Depois tira conclusões, parte de premissas erradas e depois começa a ir por aí fora a tirar conclusões sucessivas e isto não pode ser, assim acabamos por não estar numa discussão séria das questões.

Mário Aranha (PS) – Responder ao Sr. Presidente da Junta de S. Sebastião, acho que o Sr. Presidente disse tudo, se em 20 anos se congratula com a única coisa que tem para mostrar, em termos de prática desportiva informal, duas tabelas de basquete e um ringue de 5 para 5 de sintético, que neste momento está degradado, está tudo dito. Além disso disse que foi há dois anos, mais uma vez aqui se verifica que, de facto, o investimento não é prioridade e que a escola da CDU na Câmara é a mesma escola da CDU nas juntas de freguesia. Jovens de São Sebastião, preparem-se que são mais dois anos sem novas instalações desportivas para a prática informal.

Relativamente àquilo que foi referido, contraponho na página 32, quadro 23, despesas de investimento de 2020/2023 de 14 milhões 906 mil 917 euros.

Afonso Luz (CDU) – Isso é execução orçamental, mas isso não é o investimento da Câmara, o investimento da Câmara são quase 100 milhões.

Mário Aranha (PS) – Oiça lá, então se a Câmara teve 117 milhões de despesa, como é que pode ter 90 milhões de investimento? Está a brincar o quê?

Desculpe lá... Não, não, você é que não sabe... Desculpe lá, então se a Câmara teve 117,5 milhões de despesa, como é que pode ter 90% de investimento?

Presidente da Mesa – Não há conversa de café. Aqui há intervenções sucessivas. Senhor deputado vai acabar a sua intervenção?

Mário Aranha (PS) – Estamos aqui a brincar ou quê? É verdade! Há situações em que temos de ter aqui algum respeito uns pelos outros.

Flávio lança (IL) – Mais uma vez referir que o senhor deputado da CDU, o senhor Afonso Luz, leu uma parte do parágrafo e esqueceu-se de dizer que no parágrafo onde leu que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis, antes também diz que, em nossa opinião, exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte que diz que o relatório de gestão não incluía a totalidade das divulgações previstas na NCP 27.

Se andarmos para trás, há vários pontos onde é referido que esta situação traduz uma limitação ao âmbito e à profundidade do nosso exame, não nos foi possível avaliar os possíveis impactos se existirem nas demonstrações financeiras da entidade e está no ponto 3, portanto, há um conjunto de ênfases no relatório e acho que não devíamos valorizar.

Mariana Crespo (PAN) – Ao contrário do que ocorre na votação de um orçamento, que é essencialmente um documento político, quando analisamos um documento de Prestação de Contas, o que nos importa essencialmente analisar é a forma como a entidade responsável executou o orçamento previamente apresentado.

Especificamente, a entidade utilizou em conformidade e na totalidade, se o orçamento era viável ou não e aqui, independentemente das opções tomadas. Ora, de facto, este documento analisado deste prisma levanta-nos acentuadas preocupações, analisando, como já aqui foi referido, a execução da receita municipal, os factos são termos 72% da receita corrente, 50% de receita de capital e uma receita total de 66%, ou seja, arrecadaram-se -67 milhões de euros do que o previsto. E ficamos com a dúvida acerca do que falhou e também aquando da apresentação do orçamento para 2025, o que tornará mais fiável o que nos for apresentado e se o histórico nos demonstra que o que é exibido é quase que apenas uma ficção orçamental. Na componente da execução da despesa, o cenário é termos também uma despesa corrente de 70%, uma despesa de capital de 39%, com uma despesa total de cerca de 59%, o que nos parece mostrar que praticamente dois quintos do orçamento não existirão.

Quando nos deparamos com a execução das Grandes Opções do Plano, verifica-se que a taxa de execução total é de somente de 40%, ou seja, mais de metade do orçamento, novamente, não parece ter existido.

Os orçamentos não podem continuar a ser meros documentos que são apresentados por obrigação legal e que, posteriormente e durante o exercício económico, são esquecidos e cuja orientação do executivo não se pauta pelo seu cumprimento. Como é que na apresentação de futuros orçamentos, poderemos acreditar naquilo que nos é apresentado quando se verifica posteriormente que a realidade em nada é conjugada com o previsto?

Importa esclarecer a que se devem estes resultados, se devido à sobre orçamentação, incapacidade de gestão ou a outros factos absolutamente extraordinários.

Por fim, no início do presente relatório é referido que a área financeira tem como objetivo garantir a sustentabilidade estrutural das finanças, notável quando perante as execuções orçamentais já referidas o passivo financeiro aumenta 28%, continuando-se assim a comprometer a sustentabilidade financeira futura do município. Aliás, é sintomático que a maior variação das despesas correntes seja precisamente nos juros, com acréscimo de 98% face a 2022.

Verificamos, por fim, um prejuízo superior a 18 milhões de euros a que se somam as diversas reservas mencionadas no relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, pelo que observa o PAN que fez bem em votar contra o orçamento então apresentado, não só pelas suas opções ou falta delas aí consideradas, mas também porque claramente a possibilidade de o mesmo não ser cumprido era elevada, o que agora se comprova.

Por este motivo, o PAN irá votar contra.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente, muito brevemente, até porque já vai longo aqui a discussão, de qualquer maneira há aqui algumas questões que eu queria também reforçar.

A primeira delas tem a ver com esta questão do relatório do Técnico Oficial de Contas e da certificação. Quero aqui publicamente demonstrar o apreço por todos os trabalhadores do setor financeiro que têm ao longo dos anos trabalhado nesta área e que têm tido como base estes relatórios dos Técnicos Oficiais de Contas para melhorar o seu trabalho.

Do que tenho vindo a notar nos últimos anos, estas recomendações têm vindo a diminuir, muitas questões têm vindo a ser resolvidas e penso que este Relatório de Contas, tirando aqui algumas questões que nem serão assim tão relevantes como isso, porque aquilo que falamos aqui em relação aos ativos, muitos deles têm a ver até com obras de arte que a Câmara tem e que nos foram doadas, as quais não se consegue exatamente saber o valor desse património.

Parece-me que os serviços estão no caminho da conciliação daquilo que têm vindo a ser as recomendações do ROC sobre as contas do município. Por isso, penso que é muito injusto as apreciações que foram aqui feitas, sendo certo que estas reservas são para continuar a trabalhar sobre elas, para continuarmos a melhorar aquilo que são os nossos procedimentos e esperar que no próximo ano, efetivamente, estas reservas sejam muito menos.

De qualquer maneira, a principal conclusão do ROC é que as contas estão legalmente em condições, tão certificadas e legalmente cumprem todos os requisitos. Julgo que essa mensagem é que deve passar, porque outra julgo que não é correta.

Depois, houve aqui uma questão colocada pelo PSD que tem a ver com a questão dos empréstimos financiarem a despesa corrente, todos os empréstimos que nós aprovamos aqui na Assembleia Municipal que se destinam a obras e investimentos só podem ser exatamente liquidados nessa matéria, nem sequer o Tribunal de Contas pode permitir uma coisa diferente. A verdade é que todos os empréstimos que vêm aqui, se são para a construção de um certo equipamento, eles só podem exatamente ser usados nesse equipamento e se não o forem nós teremos de devolver o dinheiro sem utilização para esse empréstimo.

Aquilo que se passa aqui em relação às nossas contas, são questões diferentes. Há pouco o senhor deputado do Bloco de Esquerda dizia: “À, mas vocês, tendo em conta o IMI que não baixou, ainda tiveram mais um acréscimo das receitas”, efetivamente houve um acréscimo de receitas comparado com o ano 2022, porque transferência de competências no ano 2022 só entrou em Abril, portanto, houve aqui uma receita que vem da Administração Central, mas também aumentou a despesa, porque também tivemos que pagar tudo o que se refere à transferência de competências relativamente ao ano todo de 2023.

É natural que tenha havido aqui um acréscimo de receitas, mas tem a ver com isto e não tem a ver com outra coisa, aliás este executivo municipal tem vindo a alertar relativamente à questão dos impostos e aquilo que achamos é que o decréscimo dos impostos devia ter sido feito de outra maneira, porque efetivamente para o ano as condições poderão vir a agravar-se, tendo em conta as taxas do IMI a que vamos estar todos sujeitos e isto só se reflete no ano seguinte. Aqui estamos a comparar o IMI de 2022/2023 que foi exatamente a mesma taxa.

Aumenta as receitas, sim, por via da transferência de competências da Administração Central por, também, ser mais três meses, também importou aqui num acréscimo de receitas.

Depois foram feitas várias considerações, isto é óbvio, cada um tem a sua opinião relativamente à forma como faria diferente e como faria melhor, é legítimo, mas quanto a falarmos nos temas do orçamento e da prestação de serviços dizendo que são as horas mais baixas e mais deprimentes, senhor deputado estamos conversados, porque pelas suas intervenções são efetivamente as horas mais baixas e mais deprimentes, tendo em conta as conversas que o senhor deputado traz aqui à Assembleia.

Já por várias vezes ouvi o senhor deputado falar aqui de uma coisa que me incomoda bastante, porque foi uma obra grande para os setubalenses, e o senhor é tão setubalense como eu, mas penso que, às vezes, não vive no mesmo concelho, que é a obra da Várzea. Por várias vezes, o senhor fala no pântano da Várzea e eu falo numa grande obra que este município fez e que permitiu com que não tivéssemos cheias de há uns anos a esta parte. Uma grande obra do município que acho que não pode ser aqui exposta desta maneira, como o pântano da Várzea. É uma obra que está em construção, um grande parque deste concelho com várias funções, multifacetado, mas que resolveu o principal problema para o qual nos propúnhamos que é a questão das cheias, das inundações no nosso concelho.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 12 votos contra 9 do PS, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 6 abstenções, 5 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente, a minha posição estava clara, é só para ficar em ata que a Iniciativa Liberal irá apresentar uma declaração de voto por escrito (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39).

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram onze horas e quarenta minutos do dia 29 de abril, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro, contém cinquenta e duas folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.